

**Interpretação, Tradução e Serviço Público:
A Directiva 2010/64/UE na União Europeia e em Portugal**

Maria Teresa Alves de Almeida Matos

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Tradução
Área de Especialização em Inglês**

Abril, 2013

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução, área de especialização em Inglês, realizado sob a orientação científica da

Prof. Doutora Iolanda Ramos

À memória dos meus pais
e da Mabi

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Doutora Iolanda Ramos pelo empenho e disponibilidade durante a elaboração deste trabalho, assim como pelas suas aulas sempre frutíferas e estimulantes.

Aos restantes professores do Curso de Mestrado do Ano Lectivo de 2011/12.

Agradeço a todos os que gentilmente responderam às entrevistas efectuadas:

Dr. Manuel Sant'Iago Ribeiro, Dr.^a. Natércia Lopes, Dr.^a. Paula Mattos e
Serviço de Cooperação Internacional da Administração da Justiça

**Interpretação, Tradução e Serviço Público: A Directiva 2010/64/EU na União Europeia
e em Portugal**

Maria Teresa Alves de Almeida Matos

Resumo

A tradução desempenha um papel fulcral no desenrolar da actividade financeira, científica e jurídica, entre outras.

Este trabalho de projecto tem como objectivo principal analisar a implementação em Portugal e noutros países da União Europeia da Directiva 2010/64/UE, também conhecida como Directiva TAIA (Tradução Ajuramentada e Interpretação Ajuramentada).

O estudo visa também estabelecer contactos quer com instituições, quer com tradutores e intérpretes junto dos tribunais, assim como com o grupo de trabalho do Ministério da Justiça para a implementação da referida Directiva.

PALAVRAS-CHAVE: Directiva 2010/64/UE, Directiva TAIA, tradução, interpretação, União Europeia, Portugal.

Interpretation, Translation and Public Service: The Directive 201/64/EU in the European Union and in Portugal

Maria Teresa Alves de Almeida Matos

Abstract

Translation plays a crucial role within the scope of financial, scientific and legal activities, among others.

The main aim of this project is to carry out an analysis of the implementation in Portugal and other European Union Member Countries of the EU Directive 2010/64 of the European Parliament and of the Council on the right to interpretation and translation in criminal proceedings.

This study also aims at establishing contacts both with institutions, court translators and interpreters, as well as with the Ministry of Justice working group established for the implementation of the above mentioned Directive.

KEYWORDS: Directive 2010/64/EU, translation, interpretation, European Union, Portugal.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: O Mundo da Tradução e da Interpretação na União Europeia	3
I. 1. Uma Actividade Necessária	3
I. 2. Formação e Perfil dos Tradutores e Intérpretes	5
I. 3. Interpretar e Traduzir na União Europeia.....	6
Capítulo II: O Estado da Tradução e da Interpretação na União Europeia	14
II. 1. O Estatuto do Tradutor/Intérprete na União Europeia	14
II. 2. Recrutamento de Tradutores/Intérpretes por Instituições Governamentais Europeias	17
II. 3. Recrutamento de Tradutores/Intérpretes pelos Governos Nacionais...17	
II.4. Tipo de Traduções	18
II.5. Estudos de Caso	19
Capítulo III: A Directiva 2010/64/UE na União Europeia.....	25
III.1. Enquadramento Teórico da Directiva: o que é a Directiva e os seus Objectivos	25
III.2. Actividades para a Implementação da Directiva na União Europeia	27
Capítulo IV: O Processo em Portugal em Direcção à Directiva	35
IV.1. Considerações Gerais	35
IV.2. Leis e Grupos de Trabalho dos Últimos Anos	36
IV.3. Entrevistas a Entidades, a Tradutores e a Intérpretes	39
IV.4. Proposta de Implementação da Directiva	45
Conclusão	48
Bibliografia	i
Anexo A: Texto em Inglês da Directiva 2010/64/UE	ii
Anexo B: Texto em Português da Directiva 2010/64/UE	iii
Anexo C: Artigos de Jornal	iv

INTRODUÇÃO

Tal como o título indica, os objectivos deste Trabalho de Projecto prendem-se com a análise da implementação em Portugal e noutros países da União Europeia da Directiva 2010/64/UE, também conhecida como Directiva TAIA (Tradução Ajuramentada e Interpretação Ajuramentada). Além disso, o estudo visa também analisar o estado da tradução e da interpretação, tomado como serviço público em geral, na União Europeia.

No âmbito da implementação da Directiva TAIA e do enquadramento da tradução e da interpretação na União Europeia e, particularmente, em Portugal, foram estabelecidos contactos com instituições ligadas à tradução e interpretação, assim como com o grupo de trabalho do Ministério da Justiça, criado com o objectivo de implementar da referida Directiva.

Pretende-se, deste modo, que o projecto demonstre o estado da tradução e da interpretação em Portugal, nomeadamente no âmbito jurídico, tendo em conta a especificidade da Directiva TAIA, e o que esta acarreta em termos práticos para os tradutores e intérpretes que se dedicam ou se querem dedicar à tradução e interpretação jurídica. Também se pretende tirar ilações relevantes nesta área da tradução/interpretação pouco conhecida em Portugal, a não ser em meios muito específicos.

Na primeira e segunda partes deste trabalho serão abordadas várias componentes sobre a tradução e a interpretação na União Europeia, nomeadamente, o perfil dos tradutores/intérpretes, sua formação, seu estatuto e a forma de recrutamento destes profissionais, bem como o tipo de traduções e exemplos específicos. Na terceira parte, analisa-se a Directiva propriamente dita, os seus objectivos e o que tem sido feito para a sua implementação. Na última parte, aborda-se o caminho percorrido em Portugal para a implementação da Directiva em estudo, para o que se examinam as leis em vigor, se recorre a entrevistas a profissionais da área e, finalmente, se elabora uma proposta de implementação da mesma.

Para complementar a presente abordagem, serão anexados artigos de jornais relativos ao estado da tradução e da interpretação na União Europeia, nomeadamente no Reino Unido, tendo como pano de fundo as dificuldades da implementação da Directiva TAIA.

Procurar-se-á, assim, encontrar respostas para as questões que surgiram durante a presente análise: será que estão a ser tomadas medidas para que a Directiva seja implementada? De que modo? Quais são os agentes envolvidos na sua implementação, nomeadamente, em Portugal?

Daí o desenvolvimento deste Trabalho de Projecto, que integra a apresentação de uma elaboração de Proposta de Implementação da Directiva 2010/64/UE.

Capítulo I: O Mundo da Tradução e da Interpretação na União Europeia

I.1. Uma Actividade Necessária

Devido à ampliação dos Estados-Membros da União Europeia e ao fenómeno da globalização, assiste-se a um constante aumento do movimento de cidadãos, movimento esse mais definitivo por motivos profissionais, quando se instalam para trabalhar, ou movimento temporário (férias ou estudos). Em ambos os casos, os cidadãos podem-se deparar com problemas legais e burocráticos no país onde se encontram, precisando de traduções e/ou de interpretação. Neste caso, desejarão uma boa tradução ou um intérprete competente, nomeadamente, a nível jurídico, face aos desafios linguísticos que a sua defesa pode causar.

Tendo em conta a cooperação judicial entre os países da União Europeia e além-fronteiras, esta cooperação deve contar com canais de comunicação fiáveis, nomeadamente, traduções e interpretações também elas fiáveis e de qualidade. Além disso, os Estados-Membros estão obrigados a salvaguardar os direitos humanos, sendo a justiça um dos três pilares da UE (Wagner 2002: 25-26). Por esta razão, têm de garantir julgamentos e a tradução de documentos jurídicos de qualidade.

A tradução e a interpretação de baixa qualidade podem pôr em causa a defesa dos direitos humanos e a mediação de conflitos, bem como a própria justiça na fase de investigação policial, de reunião de documentos para defesa do arguido e durante o próprio julgamento e, conseqüentemente, a respectiva sentença judicial que pode ser desfavorável, caso a tradução e a interpretação não tenha sido fiável e de qualidade.

Note-se que quanto a este último aspecto, e no que diz respeito a pôr em causa a defesa dos direitos humanos, o Reino Unido tem sido o exemplo mais tristemente referido. Com efeito, ao ser nomeada uma empresa de tradução, têm surgido diversos problemas devido à forma como foi aplicada a Directiva em estudo neste trabalho (ver *infra*, Anexo C).

A utilização de traduções de má qualidade implica maiores custos para a justiça. Pelo contrário, boas traduções e bons intérpretes implicam menos custos, menos tempo despendido nos procedimentos da justiça, evitando erros judiciais e melhorando a

comunicação quer durante o julgamento, quer fora dele. É o que sucede nos encontros entre advogado e cliente e no estudo do próprio processo judicial por parte do advogado (vejam-se as notícias relativas aos problemas verificados no Reino Unido e que se encontram no Anexo C deste trabalho).

Após pesquisas a nível cibernético, nomeadamente, através da consulta ao site EULITA (Associação Internacional de Intérpretes e Tradutores Jurídicos) sobre a tradução e interpretação jurídica na União Europeia, verificou-se que não estão ainda implantadas estruturas nos Estados-Membros que permitam uma qualidade realmente fiável das mesmas.

Se houvesse uma estrutura eficaz implementada, ou seja, a contratação de profissionais devidamente credenciados pelas várias associações de tradutores e intérpretes, os procedimentos avançariam de forma mais efectiva, as audiências seriam mais eficazes, o trabalho e consequente interpretação dos casos jurídicos por parte dos advogados seria mais rápido e evitar-se-iam erros judiciais. Esta contratação deveria alargar-se a todo o tipo de traduções, embora a Directiva 2010/64/UE só foque a contratação a nível judicial, o que é muito limitativo.

Enquanto nalguns Estados-Membros já existem práticas de excelência nos serviços de tradução (Samuelsson-Brown 2006: 44-45) e a profissão está regulada, como nos países nórdicos, outros ainda não têm estas práticas, podendo surgir problemas linguísticos. Com efeito, não existe um número suficiente de intérpretes jurídicos com formação. Não existe um código profissional de conduta nem directrizes nos tribunais.

Assim, o idioma continua a ser uma barreira, nomeadamente para cidadãos que falam dialectos ou línguas menos faladas, quando precisam de serviços jurídicos ou até de uma simples tradução de um documento oficial. Proporcionar traduções e interpretações de qualidade, nomeadamente no acesso à justiça por parte dos imigrantes, constitui um desafio e uma aspiração para a União Europeia.

Não devemos esquecer que, caso sejam implementadas estruturas que exijam boas traduções e interpretações, será possível uma melhor formação e mais oportunidades profissionais para os tradutores e intérpretes jurídicos e não só, pois existem outros tipos de traduções e de trabalho de interpretação, como traduções de carácter social e médico, e interpretação de conferências, só para citar alguns exemplos.

A tradução e a interpretação na União Europeia são deste modo, uma actividade necessária visto que estas duas actividades contribuem para dar apoio aos imigrantes nos tribunais, nos hospitais, na polícia e nos serviços de imigração, contribuindo para salvaguardar o direito à saúde, aos serviços sociais e, finalmente, salvaguardar os direitos humanos. Este assunto, leva-nos ao capítulo seguinte, que trata da formação do tradutor/intérprete. Qual o seu perfil e a sua formação?

I.2. Formação e Perfil dos Tradutores e Intérpretes

A formação dos tradutores e intérpretes é fundamental, pois não basta dominar as línguas necessárias à tradução e/ou interpretação. Além disso, um bom tradutor pode não ser um bom intérprete e vice-versa. Para isso, os tradutores e intérpretes devem possuir competências linguísticas, quer da língua de partida, quer da língua de chegada, grande capacidade de comunicação, factor que se aplica essencialmente aos intérpretes, e conhecerem os ordenamentos jurídicos nos quais se movem, tarefa nada fácil, uma vez que a formação dos tradutores não é jurídica.

Assim sendo, a formação é fundamental. Na falta de tradutores/intérpretes para combinações de línguas mais “exóticas” recorre-se à família, amigos, companheiros de profissão, e todo o tipo de pessoas que dominem a língua ou o dialecto de quem precisa dos serviços de tradução e interpretação, mesmo não tendo qualquer formação em áreas de tradução ou de literatura.

Quais serão então os critérios que deveriam ser aplicados na formação de tradutores e intérpretes, nomeadamente jurídicos? No “Reflection Forum On Multilingualism and Interpreter Training” (p. 12/13), no seu relatório final, sugerem-se oito módulos no *curriculum* de um tradutor/intérprete jurídico como, por exemplo, introdução à interpretação jurídica, recursos e informação, terminologia jurídica, conhecimento do ordenamento jurídico, tipos de interpretação, código profissional de conduta, estudo de casos e questões profissionais, como o papel das associações profissionais.

Também segundo este Relatório, que está traduzido em diversas línguas mas não em português, existem vários aspectos a serem melhorados:

To the benefit of all interested parties, official registration of all qualified legal interpreters is highly recommended. Registration allows the clients to find the interpreter who best corresponds to their needs and gives the legal interpreters an optimal chance to find employment in line with their particular specialization and location. A well thought out and regularly updated national register, administered by a national body, is the most adequate instrument for a search when the assistance of a legal interpreter is required (19).

Este registo deve ser obrigatório para que os intérpretes jurídicos possam trabalhar nos serviços jurídicos e para que estes, por sua vez, estejam também obrigados a recorrer unicamente a intérpretes jurídicos registados. Por fim, o relatório recomenda que todos os registos nacionais estejam conectados em rede no âmbito europeu.

Será que a União Europeia atingirá este nível de excelência através de todas estas recomendações e registos de tradutores e intérpretes, quer a nível nacional quer europeu? E por que não alargar estas recomendações às outras áreas da tradução/interpretação?

I.3. Interpretar e Traduzir na União Europeia

As instituições europeias entraram em funcionamento em 1958, estando a União Europeia formada por seis Estados-Membros (Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países-Baixos) e havendo apenas quatro línguas oficiais: holandês, francês, alemão e italiano.

Em 1995, a União Europeia tinha quinze Estados-Membros e onze línguas oficiais: dinamarquês, holandês, inglês, finlandês, francês, alemão, grego, italiano, português, espanhol e sueco.

Em 2012, a União Europeia é formada por um grande número de Estados-Membros, contando actualmente com vinte e três línguas oficiais e de trabalho nos seus vinte e sete Estados-Membros (a última adesão foi da Roménia, em 2007), tendo por isso de comunicar com os seus cidadãos nas várias línguas destes e funcionar correctamente. Daí haver a necessidade de tradutores e intérpretes a fim de disponibilizar, em todas as línguas oficiais, a documentação produzida nas várias instituições europeias, para que todos possam compreender as políticas da UE.

Os profissionais da tradução e interpretação na União Europeia, em vez de pessoas que se limitam a ter bons conhecimentos das várias línguas, quebram as barreiras da compreensão que as línguas suscitam, facilitando o diálogo entre as várias instituições europeias e entre estas e os seus cidadãos. Estes profissionais estão na base de processos de tomada de decisão ao assegurarem a compreensão e comunicação entre quem tem de tomar decisões a nível europeu.

Devido à multiplicidade de línguas existentes na União Europeia, tal como já foi abordado anteriormente, os serviços de tradução e interpretação da União Europeia são os maiores do mundo. Para além das instituições europeias, os referidos serviços são essenciais para a internacionalização e consequente desenvolvimento das empresas nacionais, pois há que traduzir os documentos para responder a concursos públicos e privados, assim como a tradução de manuais, de filmes, processos jurídicos, relatórios médicos e outros.

Tem havido assim uma evolução da actividade de tradução que tem acompanhado o desenvolvimento dos instrumentos informáticos, como as memórias de tradução. Na União Europeia, existe a base de dados IATE (Inter-Active Terminology for Europe), ou seja, uma base de dados aberta ao público desde 2007 que reúne a terminologia de todos os serviços de tradução da UE, constituindo a maior base de dados terminológica do mundo.

Dado o volume das traduções na UE, foi criada a Direcção Geral da Tradução que é o serviço de tradução interno da Comissão Europeia que traduz todas as línguas oficiais da União Europeia, cujo número aumenta à medida que novos Estados aderem à UE. As outras instituições e órgãos da EU, listadas *infra*, dispõem do seu próprio serviço de tradução, enquanto as várias agências espalhadas pela União Europeia confiam as suas traduções a um centro de tradução situado no Luxemburgo.¹

Conselho Europeu

- Possui o Serviço Linguístico do Secretariado Geral do Conselho fornece que as traduções necessárias (em todas as línguas oficiais) dos documentos sobre os quais o Conselho deve deliberar.

¹ Segue-se uma súmula das informações retiradas do site:
<http://ec.europa.eu/dgs/translation/translating/index_fr.htm>. Web 31 Março 2012.

- O serviço de Interpretação durante as reuniões do Conselho é confiado aos intérpretes da Direcção Geral da Interpretação da Comissão Europeia.
- Selecção dos tradutores é feita através da EPSO, Serviço Europeu de Selecção do Pessoal.
- Dados de 2009:
 - 13 000 documentos traduzidos que totalizaram 100 000 páginas,
 - possui mais de 650 tradutores.²

Parlamento Europeu

- Possui a Direcção Geral da Tradução que prepara os documentos do Parlamento Europeu em todas as línguas oficiais da UE,
- Disponibiliza imediatamente aos cidadãos europeus, os textos nas suas línguas, permitindo-lhes dialogar com as instituições na sua própria língua;
- Local desta Direcção de Tradução: Luxemburgo.³

Comissão Europeia

- Possui a Direcção-Geral da Interpretação, também conhecida por SCIC, é o serviço da Comissão Europeia;
- A DG da Interpretação disponibiliza intérpretes para cerca de 11 000 reuniões por ano e é o maior serviço de interpretação do mundo;
- Os intérpretes da SCIC também trabalham para o Conselho Europeu e para outras instituições da UE como o Banco Europeu de Investimento e o Comité Económico e Social.⁴

² <[http://www.consilium.europa.eu/contacts/languages-\(1\)/the-language-service-of-the-council-general-secretariat?lang=pt](http://www.consilium.europa.eu/contacts/languages-(1)/the-language-service-of-the-council-general-secretariat?lang=pt)>. Web 21 Out. 2012.

³ <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00d7a6c2b2/Secretariado-Geral.html?tab=eParliament_secretariat_dgtrad>. Web 31 Março 2013.

⁴ <http://ec.europa.eu/dgs/scic/about-dg-interpretation/index_pt.htm>. Web 21 Out. 2012.

Comité Económico e Social

- com sede em Bruxelas, possui a Direcção da Tradução que serve os dois comités e tem cerca de 350 tradutores.
- os documentos a traduzir reflectem todo o tipo de legislação europeia. Por esta razão, os tradutores devem saber traduzir qualquer assunto.

Tribunal de Justiça Europeu

- Possui um serviço de tradução próprio – Direcção-Geral da Tradução- com 924 pessoas em 2012, ou seja, 44,7% do Pessoal do Tribunal de Justiça;
- Inclui todas as línguas oficiais da UE, mas todos os documentos são traduzidos para francês;
- Por tradição delibera e redige as suas decisões em francês, sua língua interna;
- Volume de páginas de tradução: mais de 1 000 000 de páginas/ano
- Tipo de textos a traduzir: textos jurídicos complexos;
- Recrutamento: - apenas juristas com formação completa,
 - obrigatório conhecer duas línguas, além da língua materna.
- Possui a Direcção de Interpretação:
 - assegura a interpretação simultânea durante as audiências públicas no Tribunal de Justiça e no Tribunal da Função Pública;
 - 70 intérpretes permanentes, além de intérpretes freelancer.⁵

Tribunal de Contas Europeu – A Direcção da Tradução deste tribunal, composto por 150 pessoas, tem por missão traduzir as auditorias feitas pelo tribunal às finanças da UE, para além da correspondência com os Estados-Membros. Os tradutores fornecem

⁵ <<http://curia.europa.eu/>>. Web 21 Out. 2012.

ainda assistência linguística aos auditores que se deslocam aos diferentes Estados-Membros.

Como se calcula, a terminologia utilizada é essencialmente de carácter financeiro e económico. O recrutamento também é feito pela EPSO.

Banco Central Europeu – criado em 1998, com sede em Frankfurt, Alemanha, comunica nas 23 línguas oficiais da EU. Os juristas-linguistas que nele trabalham preparam os documentos jurídicos do BCE, enquanto os tradutores os traduzem para a língua inglesa, sendo esta a língua de trabalho do BCE. Cabe ainda aos tradutores traduzir e rever relatórios e as publicações oficiais do BCE para todas as línguas da UE. Também existem colaboradores freelancer.

Banco Europeu de Investimento – Possui um Serviço Linguístico que faz a tradução, edição, revisão e consultoria terminológica. Também lida com algumas línguas não comunitárias como o árabe, russo e japonês, contando com cerca de 30 tradutores internos, recorrendo a tradutores externos quando necessário.

Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia - Criado em 1994, com sede no Luxemburgo, com o objectivo de dar resposta às necessidades de tradução de um grande número de agências e organismos europeus descentralizados. Este Centro conta com mais de 200 colaboradores e traduz para 50 agências, instituições e outros organismos da UE. A sua segunda actividade consiste na cooperação entre os vários serviços de tradução da UE com vista à harmonização dos procedimentos, racionalização do trabalho e realização de economias de escala na área da tradução. Assim, um dos resultados mais importantes desta cooperação foi a criação do projecto IATE.

É uma agência de direito público europeu, dotada de personalidade jurídica. Dispõe de recursos financeiros próprios, constituídos pelos pagamentos das agências, organismos e instituições em contrapartida dos serviços prestados.

Relativamente ao trabalho de tradução na UE, existe também o **Comité Interinstitucional da Tradução e da Interpretação**, que é o fórum de cooperação entre

os serviços linguísticos das instituições e órgãos da União Europeia, no âmbito do qual são abordadas questões de interesse comum aos vários serviços de tradução e interpretação.

A Comissão Europeia possui ainda a **Direcção-Geral da Tradução** (DGT), que faz a tradução e a revisão de textos emanados por esta instituição, assim como a tradução de sites multilingues na Internet. A DGT traduz actos legislativos, correspondência destinada aos cidadãos e autoridades nacionais.

Em 2010, a DGT contava com 1700 tradutores e pessoal de apoio (750 pessoas) e traduzia cerca de 1 900 000 páginas por ano, das quais 500 000 realizadas por tradutores externos.⁶

A Internet, assim como Intranets internas, são as maiores ferramentas de pesquisa para os tradutores na maior parte das instituições europeias. A Internet é o meio ideal de difusão para as bases de dados criadas pelas instituições europeias como o IATE. A Internet também contribui para o desenvolvimento de terminologia. Outras fontes são os arquivos de textos já traduzidos nas várias línguas oficiais da UE, como a CELEX (contém os textos da legislação europeia e jurisprudência), e a EUROLEX (contém os Tratados, legislação em vigor, Jornais Oficiais e outros), sem esquecer as memórias de tradução.

Em suma, quanto à análise do estado da tradução e da interpretação na União Europeia, como conclusão, saliente-se que entre as várias instituições europeias, cada uma tem as suas próprias responsabilidades e o seu próprio serviço de tradução que visa providenciar informação representativa das suas instituições, bem como a tradução das leis a aplicar em todos os Estados-Membros da União Europeia. As razões pelas quais cada instituição da UE tem o seu próprio serviço de tradução prendem-se com a confidencialidade, a garantia de um serviço mais rápido e a garantia que os tradutores compreendem o assunto dos textos que estão a traduzir, estando sempre disponíveis para servir as necessidades da instituição para a qual traduzem. Fundir tudo num só serviço de tradução seria demasiado pesado de gerir.

Além do exposto, quando um novo Estado-Membro se junta à União Europeia, os Tratados são traduzidos nas respectivas línguas oficiais. Sublinhe-se que, qualquer cidadão

⁶ *Interpretar e Traduzir para a Europa*, pág. 10. As informações foram também recolhidas no site <<http://cdt.europa.eu/PT/whoweare/Pages/Presentation.aspx>>. Web 21 Out. 2012, e no site <[http://www.consilium.europa.eu/contacts/languages-\(1\)/the-language-service-of-the-council-general-secretariat.aspx?lang=fr](http://www.consilium.europa.eu/contacts/languages-(1)/the-language-service-of-the-council-general-secretariat.aspx?lang=fr)>. Web 21 Out. 2012.

da União Europeia tem o direito de enviar documentos para as instituições da UE em qualquer uma das suas línguas oficiais e de receber a respectiva resposta na língua em questão, reforçando-se assim a importância da tradução no seio da UE, sem esquecer que os representantes eleitos pelos cidadãos também têm o direito de se expressar em qualquer das línguas oficiais da UE.

Mais se acrescenta que, quando um novo país adere à UE, a legislação em vigor tem de ser traduzida na língua desse país de forma a que ele possa aplicar imediatamente a legislação europeia em vigor.

Conclui-se, assim, que a criação destas instituições é importantíssima, na medida em que elas servem para os Estados-Membros delegarem os seus poderes e a sua soberania. Sem as instituições acima referidas, a União Europeia não existiria, pois são órgãos de soberania onde se fabricam as leis da União Europeia e através das quais estas são aplicadas, representando, por isso, o seu poder político, legislativo e judicial, além da sua política monetária, através do Banco Central Europeu.

Estas instituições contribuem para o desenvolvimento e a organização dos Estados-Membros, unem as suas soberanias nalgumas áreas e representam uma força que de modo isolado cada país da União Europeia por si só não teria.

Quanto à importância da tradução e da interpretação nestas instituições, estas actividades contribuem para a transparência a todos os níveis: criação das próprias leis, sua interpretação, sua utilização em julgamentos e outras actividades, sem esquecer que os deputados europeus ou qualquer cidadão se podem exprimir e ter acesso à respectiva documentação na sua própria língua sem dificuldades de compreensão.

A informação *online* (www.europa.eu) revela que a importância da tradução na União Europeia é de tal ordem que se recorre a tradutores e intérpretes externos. No referido site existem mesmo várias indicações que os tradutores externos devem seguir, assim como links para outros sites. Deste modo, pode consultar-se a designação oficial das instituições, a legislação europeia e os sites onde encontrá-la (Eur-lex), informações para os contratantes, sites de terminologia (IATE), guias de estilo (Guia do Tradutor) e glossários, entre outros.

A tradução nas instituições europeias é fundamental para a aplicação da legislação europeia e para que todos os cidadãos dos 23 Estados-Membros tenham acesso a ela. Em casos mais concretos, mas de igual importância, refira-se que os cidadãos europeus têm

acesso ao Tribunal de Justiça Europeu, apresentando a sua queixa por e-mail na sua própria língua. Se a legislação europeia não fosse traduzida nas 23 línguas oficiais, boa parte dos seus cidadãos não teria conhecimento de leis nas quais se podem basear para eventualmente se defenderem.

Deste modo, verifica-se a aplicabilidade do conceito de multilinguismo, que visa promover a aprendizagem de línguas na União Europeia, e que reflecte a diversidade cultural e linguística da UE, bem como o direito de os seus cidadãos lerem e compreenderem os documentos produzidos na sua própria língua (Wagner 2002: 1- 10). Por conseguinte, todas as línguas da União Europeia têm a mesma importância. Sublinhe-se o caso dos deputados europeus, que têm o direito de se exprimirem na sua própria língua sem terem de utilizar outra língua para o fazer.

O multilinguismo contribuiu e contribui para criar postos de trabalho para professores de línguas, tradutores e intérpretes, aumentando a sua mobilidade no seio da União Europeia e não só. O multilinguismo permite assim a criação de oportunidades pessoais e profissionais, uma política altamente desenvolvida pela União Europeia que visa que os seus cidadãos dominem mais duas línguas para além da sua língua materna. Conclui-se, deste modo, que se trata de um programa ambicioso.

Acrescente-se que, com a crescente mobilidade na União Europeia, se verificou um aumento da procura de serviços de tradução e interpretação, quer a nível europeu (tribunais e instituições referidas), quer nacional (administrações públicas, meio empresarial, mobilidade na óptica de maiores perspectivas de emprego nos 23 países da União Europeia).

Note-se então a importância da tradução e da interpretação para o funcionamento das sociedades europeias a nível nacional, regional e local e, consequentemente, para a evolução do projecto europeu e para o seu modelo democrático. Repita-se que a tradução nas instituições atrás referidas faculta aos cidadãos o acesso a legislação e informação da União Europeia de modo a saberem quais os seus direitos e deveres.

Constata-se, assim, que o serviço de tradução e interpretação da União Europeia é uma actividade intensa, ininterrupta e fundamental para a continuação do bom funcionamento não só das instituições, mas também da própria União Europeia.

Trata-se de um trabalho anónimo, quer para os tradutores internos quer para os externos que trabalham para as instituições da União Europeia, que fazem parte de uma

grande equipa não só de tradutores, mas de revisores ou até de revisores jurídicos que dão forma jurídica aos textos traduzidos. Pode-se então concluir que a tradução e a interpretação no seio das instituições da União Europeia são uma referência de qualidade a nível mundial.

Após pesquisas na internet sobre o estado da tradução e da interpretação na União Europeia, considerou-se pertinente para o presente trabalho de projecto explicitar o que acontece em termos de tradução em cada uma das instituições da União Europeia acima referidas, uma vez que se chegou à conclusão de que, surpreendentemente, e dadas as estatísticas em termos de número de tradutores contratados nestas instituições e respectivo volume de tradução, a tradução no seio destas instituições desempenha um papel crucial. Sublinhe-se, mais uma vez, o volume de traduções, correspondente a um volume inimaginável.

Acrescente-se que, uma vez que o trabalho de tradução efectuado nas instituições europeias é silencioso e não transparece para o exterior, nomeadamente, através dos meios de comunicação social, muitas vezes o trabalho de tradução parece algo obscuro e os seus profissionais parecem desempenhar uma profissão estranha, distante e até com um fraco estatuto profissional. No entanto, dada a globalização, o volume de informações é enorme e traduz-se cada vez mais, bem como para uma maior variedade de modalidades (empresarial, cinematográfica, jurídica, penal, científica, académica, sites e outras).

Capítulo II: O Estado da Tradução e da Interpretação na União Europeia

II.1. O Estatuto do Tradutor/Intérprete na União Europeia

Na Europa, existem três tipos de traduções e de tradutores:

- 1- Traduções certificadas por notários ou sem qualquer certificação, que podem ser feitas por qualquer pessoa sem qualificações específicas – Chipre, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Portugal, Roménia e Turquia;

2- Tradutores ajuramentados ou autorizados que são submetidos a exame e certificados por uma instituição estatal de determinado tipo:

- tribunais - Áustria, Bélgica, Croácia, República Checa, França e Alemanha.
- ministro da Justiça – República Checa, Estónia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Roménia.
- ministro dos Negócios Estrangeiros – Malta, Espanha e Bulgária.
- agências governamentais – Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega.

3- Tradutores autorizados/ajuramentados reconhecidos com base nas suas habilitações literárias, sem passarem por testes ou exames, pelo que não há uma maneira exclusiva de alguém se tornar tradutor ajuramentado – Luxemburgo e Espanha.

Note-se que no caso de alguns países como a Espanha, os tradutores inserem-se em várias das categorias acima apresentadas e não apenas numa. Sublinhe-se ainda que no Reino Unido nenhum destes sistemas parece estar inteiramente operacional. Neste país, foi contratada um gabinete de tradução e interpretação privado (Applied Language Solutions) que presta serviços linguísticos e de interpretação jurídica junto dos tribunais.

Parece possível prever uma plataforma comum para os países em que existam tradutores autorizados/ajuramentados e venha a existir um cartão profissional europeu nesta matéria, o que iria permitir uma maior mobilidade profissional.

As associações de tradutores e intérpretes podem funcionar como um sinal de estatuto, com base em exames profissionais ou de entrada estrita, existindo cerca de 130 associações de tradutores e intérpretes na União Europeia.

Dados obtidos em várias sondagens indicam que existem na Europa cerca de 74% tradutores freelancer e cerca de 60% tradutores em part-time. Cerca de 70% são mulheres a exercer a profissão e os salários variam entre 6.000€ e 50.000€ anuais, com um pequeno grupo a atingir 90.000€ que não exerce apenas a actividade de tradução. Mais importante ainda, a actividade de tradução não é uma actividade considerada “uma profissão regulamentada”, pois ninguém pode impedir que uma pessoa não qualificada exerça esta actividade, excepto na Eslováquia desde o ano de 2007.⁷

⁷ *Studies On Translation and Multilingualism*, 2012, pág.3.

Segundo dados datados de 13 de Agosto de 2012,⁸ a Comissão possui 600 intérpretes fixos. Além disto, cerca de 3000 intérpretes profissionais autónomos trabalham para a União Europeia. A Comissão dispõe assim de um dos maiores departamentos de tradução do mundo.

Actualmente, a questão do estatuto é muito importante porque com a criação de um *website* e um modelo de negócio, qualquer pessoa pode tornar-se um tradutor/intérprete, e pode até dizer-se que existe uma indústria da tradução e da interpretação (García-Izquierdo 2012: 241. Além disso, um cliente não pode determinar a qualidade do tradutor e da respectiva tradução. Há, no entanto, um conjunto de mecanismos que podem ajudar a indicar a qualidade de um tradutor: a empresa (caso o tradutor trabalhe para uma), o facto de pertencer a uma associação ou sindicato de tradutores, ou a instituição académica de onde provém. O mesmo se aplica aos intérpretes.

Qual o estatuto/intérprete do tradutor? O que se entende por estatuto de um tradutor/intérprete, sobretudo, freelancer? Como deve ser adquirido?

É preciso ter competências de tradução/interpretação e saber demonstrar essas competências aos clientes ou empregadores. Deste modo, possuir uma licenciatura ou uma certificação é essencial para o estatuto da profissão. Além disso, o tradutor/intérprete tem de perceber que, utilizando a sua licenciatura, está a prestar um serviço de tradução, semelhante a vender uma mercadoria, que pode ser comprada, podendo mesmo criar-se uma “loja”, ou seja, uma empresa. Esta empresa tem de merecer confiança, isto é, ser leal para com o cliente além, como é evidente, de vender um trabalho de qualidade. Nalguns países, ser tradutor e intérprete implica ser aceite pelas instituições do Estado para prestar este tipo de serviços. É um estatuto mais “oficial”, digamos assim.

O estatuto do tradutor e do intérprete será então constituído pela interacção entre qualificações académicas, experiência, autorização oficial regida por lei, confiança, lealdade.

Actualmente, quando um tradutor assume uma tradução, utilizando um carimbo ou através de um notário ou advogado, está a fazer um juramento que indica que a tradução é verdadeira. Sublinhe-se, contudo, que qualquer pessoa pode mandar fazer um carimbo e fazer um juramento.

⁸ <<https://www.deutschland.de/pt/topic/politik/deutschland-europa/numeros-e-fatos-sobre-a-ue>>. Web 24 Abril 2013.

Em Espanha, por exemplo, os tradutores e intérpretes incluem-se na categoria “Técnico Superior de Gestión y Servicios Comunes”.⁹

Relativamente ao estatuto dos tradutores e intérpretes em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística utiliza o Código das Actividades Económicas para a classificação das profissões. Ao mesmo tempo, existe a Classificação Portuguesa das Profissões (2010), na qual os tradutores fazem parte do grupo 2643: “Filologistas, tradutores, intérpretes e outros linguistas”.

II.2. Recrutamento de Tradutores/Intérpretes por Instituições Governamentais Europeias

Relativamente ao recrutamento de um tradutor ou de um intérprete no seio das instituições da União Europeia, trata-se de um processo que pode demorar entre cinco a nove meses no qual os candidatos devem ter conhecimentos em duas línguas estrangeiras, assim como um grau universitário, não necessariamente em línguas ou em tradução.

A razão prende-se com o facto de a maior parte das traduções incidirem sobre temas específicos como a economia, o direito e as relações internacionais, e de muitos dos examinadores acreditarem que candidatos licenciados nestas matérias dominam a linguagem específica que as traduções requerem. No entanto, possuir um mestrado em tradução e/ou interpretação confere a experiência que pode ser importante para a contratação destes profissionais a nível de organizações estrangeiras. Sublinhe-se que as instituições europeias possuem o maior número de serviços de interpretação do mundo.

II.3. Recrutamento de Tradutores/Intérpretes pelos Governos Nacionais

Poucos governos exigem requisitos específicos para a contratação de tradutores a nível governamental, a não ser instituições ligadas à justiça.

⁹ *Studies On Translation and Multilingualism*, 2012, pág. 17.

Em Portugal, a própria Polícia Judiciária não exige uma licenciatura em tradução quando inicia um processo de recrutamento de tradutores/intérpretes para a sua instituição, mas uma licenciatura em línguas e literaturas e/ou tradução é a referência nos avisos de abertura de concurso no Diário da República.

A Grécia é uma exceção e caso único, exigindo uma licenciatura em Línguas Modernas, Tradução e Interpretação pela Ionian University de Corfu ou o equivalente devidamente reconhecido pela National Academic Recognition Information Centre. O mesmo acontece relativamente às Forças Armadas gregas, que exigem uma licenciatura em tradução ou línguas estrangeiras aos candidatos que ocupem o lugar de tradutores - Lei 2913/2011, Decreto Presidencial 300/2002.¹⁰

II.4. Tipo de Traduções

Tal como se pode deduzir, a maioria das traduções ao nível da União Europeia está relacionada com assuntos políticos, jurídicos e económicos, os três principais temas essenciais à vida das instituições e dos cidadãos da União Europeia.

Sendo a União Europeia uma criação essencialmente política, os textos básicos a serem traduzidos são de carácter político como os Tratados (Maastricht, Amesterdão e Nice), publicados em todas as línguas da União Europeia. Deste modo, traduzir os Tratados é a actividade de tradução mais crucial de todas, sendo responsabilidade dos tradutores do Conselho Europeu. Porque é que se trata de um trabalho crucial? Porque é nos Tratados que as instituições, as suas leis e os seus princípios (livre circulação, moeda única) ganham forma e consequente aplicação. Os Tratados estão na base das Directivas e dos Regulamentos. Note-se que o seu vocabulário é desconhecido até os países entrarem na União Europeia, tornando-se seus membros e tendo então acesso a um novo vocabulário, só possível com a tradução desses Tratados.

No entanto, e apesar da enorme importância da tradução dos textos acima referidos, o tipo de textos que os tradutores da União Europeia mais traduzem são textos legislativos e textos relacionados com a legislação a ser aplicada nos vários Estados-Membros. Isto

¹⁰ *Studies On Translation and Multilingualism*, 2012, pág. 23.

significa que um tradutor de uma instituição da União Europeia tem de traduzir uma variedade de temas nos quais tem de demonstrar as suas capacidades.

Além disso, parte da legislação foi traduzida anteriormente. Frequentemente, a legislação e a respectiva tradução constituem uma actualização da legislação em vigor, e expressões como “Proposal for a Directive amending Directive (Proposta de Directiva que altera a Directiva)”, são recorrentes.

II.5 Estudos de Caso

- **Espanha**

Para além da investigação levada a cabo *supra* sobre o estado da tradução e da interpretação jurídica e penal nos vários países na União Europeia, e das situações referidas *infra* no Capítulo III, em que se faz referência ao Congresso de 24 e 25 de Novembro de 2012, que teve lugar na Universidade de Ljubljana, Eslovénia, foi possível recorrer ao respectivo site pertencente à Conferencia de Centros de Traducción e Interpretación (CCDUTI), máxima autoridade oficial em matéria de formação de tradutores e intérpretes do Estado Español, e nele pode ler-se que foi celebrado na Universidade Jaume I de Castellón de la Plana, as VIII Jornadas de Tradução Jurídica.¹¹

Nestas Jornadas e à semelhança do que acontece nos países analisados no capítulo acima referido, foi apontado que “existem carências no serviço de tradução e interpretação” nos tribunais espanhóis.¹²

Refira-se que neste site se pode ler que a Administração da Justiça em Espanha atribuiu estes serviços a empresas externas (Ofilingua e Septec, por exemplo) por meio de um sistema de licitação pública. Acrescenta este artigo que os foros de tradutores e intérpretes em Espanha estão descontentes com as condições laborais oferecidas por estas empresas, os honorários e a contratação de profissionais não qualificados. Ainda segundo este artigo, é importante referir que nos foros dos tradutores se fala de pagamentos de 12€ à hora, excluídas as deslocações e tempo de espera, assim como o facto de os advogados

¹¹ <<http://ccduti.wordpress.com/>>. Web 31 Março 2013.

¹² <<http://ccduti.wordpress.com/>>. Web 31 Março 2013.

não exigirem um serviço de qualidade, excepção feita à Magistrada Pilar de Luna do Juzgado N°29 de Madrid, que se tem debatido pela defesa dessa qualidade. Esta magistrada chegou à conclusão de que as empresas contratadas enviavam intérpretes sem qualificações, com emprego precário e explorados em termos laborais.

Como consequência destas Jornadas, os profissionais da área pedem outro sistema, contando com a mobilização de associações profissionais espanholas como a APTIJ (Asociación Profesional de Traductores e Intérpretes Judiciales y Jurados) e a Red VERTICE (rede espanhola de associações de tradutores, intérpretes e correctores) e com os meios universitários.

Refira-se também o sistema público espanhol desembolsa 60€ por hora de interpretação, enquanto as empresas adjudicatárias pagam 12€ por hora aos intérpretes, tal como assinalado *supra*. Compreende-se assim que dificilmente os intérpretes qualificados queiram trabalhar para estas empresas. Assim, estas vêm-se obrigadas não só a contratar qualquer intérprete menos qualificado, mas também não estão interessadas em contratações mais dispendiosas.¹³

Em resumo, o outro sistema proposto é a supressão da figura do intermediário que apenas visa o seu próprio lucro, sendo a contratação de tradutores e intérpretes feita directamente pela administração pública, mais concretamente, por um órgão do Ministério da Justiça, ou, na falta dele, por um órgão autónomo sem fins lucrativos.

Acrescente-se que, em Espanha, não existe uma lei que regule a prestação de serviços de tradução e interpretação em organismos públicos. Assim, um juiz pode nomear como intérprete qualquer pessoa que considere conveniente.¹⁴ Refira-se a este propósito a semelhança com a situação em Portugal, reiterada pela resposta da Oficial de Justiça do tribunal de Viseu (ver *infra*, cap. IV).

Conclui-se, deste modo, que também em Espanha a situação dos tradutores e intérpretes jurídicos é deficiente e insuficiente (ver *infra*, Anexo C, notícia do jornal *Heraldo de Aragón*, de 08.04.2012). Sublinhe-se ainda que, tal como no Reino Unido, quando a actividade de tradução/interpretação judicial é atribuída a empresas que recebem o maior lucro, a qualidade baixa manifestamente. Tal teve efeitos na exploração laboral e na diminuição dos honorários pagos aos profissionais tradicionais, que começaram a

¹³ <<http://ccduti.wordpress.com/2013/01/20/manifiesto-de-castellon/>>. Web 21 Jan. 2013.

¹⁴ <<http://web.ua.es>>. Site da Universidade de Alicante, acedido em 21 Jan. 2013.

recusar-se a trabalhar em condições precárias e a baixo preço. É caso para perguntar o que vai acontecer em Portugal a partir de 27 de Outubro de 2013, data limite para a implementação da Directiva em estudo.

- **Luxemburgo**

Destaque-se a pertinente intervenção de Plyxeni Kanelliadou, professora na Universidade Aristote Thessalonique, na Grécia, e tradutora-intérprete no Tribunal Superior de Justiça do Luxemburgo, durante o Décimo Fórum Internacional sobre a Deontologia e as Boas Práticas, realizado em Paris entre 19 e 21 de Maio de 2011.

Esta oradora falou da situação dos tradutores e intérpretes no Luxemburgo com uma intervenção intitulada "Processo de Certificação dos Tradutores e Intérpretes Ajuramentados no Luxemburgo: situação actual e perspectivas". Sublinhe-se a importância do caso luxemburguês relativamente a Portugal.

A intervenção de Plyxeni Kanelliadou resume-se da seguinte forma:

- A Universidade do Luxemburgo não oferece formação específica em tradução ou interpretação, apesar de este país acolher vários serviços de tradução das instituições europeias.
- Basta possuir um diploma em línguas e apresentar um dossier para qualquer pessoa se inscrever na lista de tradutores e intérpretes ajuramentados.
- O Ministro da Justiça pode designar estes profissionais a fim de apoiarem as autoridades judiciárias e administrativas.

A partir do exposto, considere-se a situação em Portugal comparativamente à do Luxemburgo:

- Algumas universidades portuguesas oferecem formação específica, principalmente em tradução;
- Em Portugal, não existem listas de tradutores e intérpretes nas quais estes profissionais se possam inscrever, nem é exigido um diploma para exercer a profissão;
- Não se conseguiu apurar se o titular da pasta da Justiça pode designar directamente tradutores e intérpretes. No entanto, pensa-se que, como o estudo da implementação

da Directiva 2010/64UE está sob a alçada do Ministério da Justiça, essa designação poderia acontecer em “desespero de causa”.

- **Roménia**

Na Roménia, para se ser tradutor/intérprete em geral, tem de se ter uma licenciatura, estando os seus profissionais registados numa lista a nível nacional, podendo ser chamados pelo Ministério da Justiça para trabalhar em processos judiciais.

Considerou-se importante mencionar o exemplo resumido da Roménia porque, apesar de a Roménia só ter entrado para a União Europeia em 2007, é o país onde existe uma lista de tradutores certificados, tendo várias normas jurídicas, tal como recomendado pela Directiva 2010/64/UE. Isto significa que a Roménia se adiantou em relação à data limite da implementação da Directiva aqui analisada. Trata-se, deste modo, de um caso muito positivo em relação a outros países, nomeadamente, em relação a Portugal.

- **Reino Unido**

O Reino Unido é o caso mais interessante e preocupante desta breve análise, visto que a implementação da Directiva tem provocado inúmeros constrangimentos e, consequentemente, protestos.¹⁵

No Reino Unido não existem tradutores ajuramentados, existindo dois sistemas que certificam os tradutores e intérpretes:

- Institute of Translation and Interpreting (ITI);
- Chartered Institute of Linguists que actua em conjunto com o Metropolitan Police Service, com o intuito de os tradutores e intérpretes integrarem o National Register of Public Service Interpreters (NRPSI) que possui um site na Internet.¹⁶

O acima exposto serve para explicitar que a fim de implementar a Directiva em estudo, em 2011, o Ministro da Justiça britânico contratou uma empresa privada, chamada

¹⁵ Veja-se os artigos de jornais incluídos no anexo C, assim como os dados tirados do site do National Register of Public Service Interpreters (NRPSI), a 03.03.2013 e que se encontram em anexo.

¹⁶ <www.nrpsi.co.uk/>. Web 21 Jan.2013.

“Applied Language Solutions (ALS)” que ficou com o monopólio de fornecer intérpretes junto dos tribunais. Esta situação tem gerado enormes problemas que levaram a uma petição feita online, em Novembro de 2011, contra este *outsourcing*.

Por exemplo, um dos problemas está ligado à baixa qualidade dos mesmos, uma vez que a empresa em causa procura contratar profissionais a baixo custo. Deste modo, os profissionais de carreira que faziam este trabalho anteriormente começaram a recusar-se serem contratados por um preço mais baixo, tendo sido substituídos por tradutores/intérpretes de qualidade duvidosa, o que tem ocasionado erros de tradução durante os julgamentos, tal como se pode verificar no artigo no site da EULITA, intitulado “UK Judiciary Express Concerns About Court Interpreting” (ver anexo C).

Deste modo, muitos dos intérpretes registados no NRPSI recusam-se a trabalhar nos tribunais através da ALS.

Por esse motivo, se algum dos membros da União Europeia, optar por esta solução de atribuição, a uma empresa privada, da lista de tradutores e intérpretes jurídicos exigida pela Directiva, teme-se que casos como o do Reino Unido possam suceder-se, pondo em causa o direito à interpretação dos arguidos em tribunal e, conseqüentemente, à defesa dos seus direitos humanos.

Em contrapartida aos exemplos *supra* abordados, achou-se pertinente referir no presente Trabalho de Projecto a situação da interpretação junto dos tribunais noutro continente, mais concretamente, nos Estados Unidos da América.

Tendo-se contactado a American Translators Association (ATA) sobre o estado da tradução/interpretação nos Estados Unidos, sublinhe-se a rapidez com que se obteve a resposta – em menos de 24 horas - por parte de Lauren Mendell, Member Relations & Office Manager. No entanto, refira-se que este membro da ATA respondeu que cada estado actua de forma diferente, o que é compreensível dada a dimensão territorial dos Estados Unidos, e sugeriu que se contactasse o *district attorney’s* local ou o *courthouse administrative office*. Como não é esse o objectivo do Trabalho de Projecto, consultaram-se apenas as seguintes fontes:

- Interpreters Division (<http://www.atanet.me/ID>)
- Translation Company Division (<http://www.ata-tcd.com/>)

Refira-se que logo no primeiro site, no link para o respectivo blogue, foram encontrados anúncios para intérpretes junto dos tribunais, dos quais se incluem um breve

resumo de dois anúncios em pontos diferentes dos Estados Unidos: o Havai e a Califórnia.

A saber:

Judiciary Court Interpretes / Hawaii State Judiciary / Honolulu

The Hawaii State Judiciary is seeking people who speak English and another language to serve as court interpreters.

Applications are currently being accepted for the next state court interpreter orientation workshops. Completion of the two-day workshop is one of the mandatory requirements to become a court interpreter for the state Judiciary (...).

E ainda:

Court interpreter job opportunities (Cantonese/Tagalog) | Superior Court of California | Sacramento, California | Closing date: January 24, 2013.

Court Interpreters are employed by the Court in accordance with the Trial Court Interpreter Employment and Labor Relations Act (SB 371). The probationary period for this classification is 130 days (...)

Minimum Qualifications:

Certification: Possession of a valid certificate as a “Certified Court Interpreter” in Cantonese issued by the Judicial Council of California on behalf of the State of California (...)

Desirable Qualifications:

Familiarity with Courtroom Protocol (...)

Considerou-se o exemplo dos Estados Unidos muito interessante porque, ao lermos parte dos dois anúncios acima reproduzidos, conclui-se que o recrutamento de intérpretes junto dos tribunais é o oposto do que se passa nalguns países da União Europeia já citados anteriormente, nomeadamente, em Portugal, onde os intérpretes são recrutados por acto e por indicação de advogados, juízes ou pela GNR, no caso de localidades mais pequenas.

Termina-se esta abordagem com uma pertinente constatação retirada do site da Associação Americana de Tradutores:

The National Center for Interpretation at the University of Arizona understands that interpretation is both an art and a science, requiring very specialized training.¹⁷

¹⁷ <<http://www.atanet.org>>. Web 04 Março 2013.

CAPITULO III: A Directiva 2010/64/UE na União Europeia

III.1. Enquadramento Teórico da Directiva: o que é a Directiva e os seus Objectivos

A Directiva 2010/64/UE visa assegurar o acesso a uma tradução e interpretação com qualidade em processos criminais, mas não refere quem é qualificado para o fazer, tal como se pode ver no Artigo 5.º, n.º2 da dita Directiva.¹⁸

O crescimento da União Europeia também acarretou uma maior necessidade de cooperação judicial com o fim de garantir maior segurança e justiça na UE. Daí que também seja necessário uma tradução/interpretação jurídica de maior qualidade e, consequentemente, a necessidade de criar esta Directiva.

Além do exposto, também se pretende com a implementação desta Directiva a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, apanágio da União Europeia e visível no Artigo 8º desta Directiva:

Artigo 8º

Não regressão

Nenhuma disposição da presente directiva pode ser interpretada como limitando ou derogando os direitos e garantias processuais consagrados na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, noutras disposições aplicáveis do direito internacional ou no direito dos Estados-Membros que proporcione um nível de protecção mais elevado.

Convém sublinhar que a criação desta Directiva parece estar relacionada com alguns artigos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, como o artigo 5.2 o qual diz:

Qualquer pessoa presa deve ser informada, no mais breve prazo e em a língua que compreenda, das razões da sua prisão e de qualquer acusação formulada contra ela.

Daí a necessidade da criação e implementação desta Directiva como salvaguarda do direito a uma tradução/interpretação de qualidade. É assim clara a incidência da Directiva 2010/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu sobre o ponto acima referido na Convenção mencionada.

¹⁸ Veja-se a reprodução integral da Directiva, em inglês e em português, nos Anexos A e B.

Esta Directiva pretende garantir a tradução e a interpretação em todas as fases do processo penal, desde a fase do inquérito à do julgamento, também salvaguardar o direito de apresentar queixa no caso da qualidade da tradução ou interpretação ser insuficiente. A saber:

Artigo 2.º

Direito à Interpretação

5- Os Estados Membros asseguram que, nos termos da lei nacional, o suspeito ou acusado tenha o direito de contestar a decisão segundo a qual não é necessária interpretação e, caso esta seja disponibilizada, tenha a possibilidade de apresentar queixa do facto de a qualidade da interpretação não ser suficiente para garantir a equidade do processo.

Um aspecto fundamental diz respeito ao registo de tradutores e intérpretes conforme enunciado no artigo 5.º:

Artigo 5º

2. A fim de promover um nível adequado de interpretação e tradução e um acesso eficiente às mesmas, os Estados-Membros devem procurar criar um ou mais registos de tradutores e intérpretes independentes com qualificações adequadas [...].

A Directiva não refere o que significa “com qualificações adequadas”, apesar de parecer explicar que nalguns países têm dado atenção às suas listas de tradutores, como o Reino Unido, onde esta Directiva já está em vigor, em que se atribuiu à empresa Applied Language Solutions (ALS), desde 30 de Janeiro de 2012, o fornecimento de intérpretes jurídicos quando necessário.

Que serão então as ditas “qualificações adequadas?” Talvez, uma formação universitária, a única que poderá dar algumas garantias de êxito nesta tarefa de tradução/interpretação jurídica, mais concretamente, penal, com treino neste sentido.

Como se calcula todos os artigos constantes da Directiva 2010/64/UE são pertinentes. No entanto, sublinhem-se os artigos seguintes:

- Artº. 2º, n.º 8
- Artº. 3º, n.º 9
- Artº. 5º n.ºs 1, 2 e 3

Os dois primeiros defendem “the fairness of the proceedings” (equidade do processo) reforçada no Art.5º n.º1 através da qualidade da tradução e da interpretação,

qualidade essencial para garantir esse objectivo. O n.º 2 do Artº. 5º aborda o tema do registo de tradutores e intérpretes (assunto já abordado nas páginas 22 e 23), enquanto o nº3 defende a sua confidencialidade o que, mais uma vez, aponta para a equidade do processo.

Em suma, a criação desta Directiva parece estar relacionada com a intensa emigração oriunda de África e no seio da própria União Europeia nos últimos anos, que levou a novos desafios linguísticos e à consequente procura de tradutores e intérpretes para resolução de problemas e burocracia, assim como fronteiras políticas, económicas, culturais, religiosas e linguísticas mais esbatidas e flexíveis. Esta nova realidade no continente europeu, que tem como denominador comum o multilinguismo, ou seja, o mosaico linguístico da Europa com os seus idiomas oficiais, mais os dos seus imigrantes, é dos mais ricos e também complexos deste continente levando ao exercício da diversidade linguística. Esta situação também deve ter contribuído, em muito, para a criação desta Directiva.

Sublinhe-se igualmente que em diversos países da União Europeia, como Espanha e Portugal, não existe uma lei específica que regule a contratação de tradutores/intérpretes judiciais (no caso de Portugal, não existe qualquer lei relativa à formação e/ou contratação de tradutores e intérpretes para qualquer área). Assim, pensa-se que esta carência também contribuiu para a criação desta Directiva, que implementa a qualidade da tradução e da interpretação e a existência de listas destes profissionais.

III.2. Actividades para a Implementação da Directiva na União Europeia

No seio da União Europeia, tem havido diversos *workshops* sobre a implementação desta Directiva. A EULITA (Associação Europeia de Tradutores e Intérpretes Jurídicos) e a Haute École Lessius de Anvers (Bélgica) obtiveram financiamento para um projecto – *TRAFUT: Training For The Future* – centrado nos aspectos concretos da Directiva, com o apoio de Vivienne Reding, Vice-presidente da Comissão Europeia. Um destes *workshops* realizou-se entre 18 e 20 de Outubro de 2012.

O objectivo essencial do referido projecto é a implementação da Directiva através de debates e de aspectos como, por exemplo:

- implicações legislativas da Directiva nos Estados-Membros;
- qualidade ou falta dela nos serviços de interpretação e tradução e critérios de avaliação;
- processos de inscrição e de gestão dos registos nacionais dos tradutores e intérpretes jurídicos com vista à criação de uma base de dados electrónica no portal *e-justice*;
- novas tecnologias utilizadas no contexto judicial, como a videoconferência e as necessidades específicas das pessoas mais vulneráveis (interpretação gestual).

Esclareça-se que o recurso a novas tecnologias, como a videoconferência implica poupança de custos com deslocações de intérpretes, o que é louvável.

No âmbito do projecto TRAFUT foram organizados *workshops* na Eslovénia, Espanha, Finlândia e Bélgica, nos quais participaram juízes, advogados, pessoal judiciário, representantes dos ministérios da Justiça e associações profissionais de tradutores e intérpretes jurídicos. Acrescente-se que está previsto um *workshop* a 15 de Março de 2013 na Universidade do Minho com a participação da própria Liese Katschinka, Presidente da EULITA, e de Madalena Paumier-Bianco, representante da Direcção Geral de Tradução da Comissão Europeia, entre outros.

Até à data, o debate mais pertinente teve lugar no congresso realizado a 24 e 25 de Novembro de 2012 na Universidade de Ljubljana na Eslovénia, sobre o estado da tradução e da interpretação nalguns países da União Europeia, e sobre a implementação da Directiva 2010/64/EU.

Com efeito, a actualidade desta temática reflecte-se na organização de vários outros congressos – como foi mencionado, Portugal também debaterá esta problemática em Março do corrente ano na Universidade do Minho, no Congresso de “Interpretação e Tradução Jurídicas no Contexto da União Europeia: Perspectivas e Desafios”¹⁹ – sobre a qualidade da tradução e da interpretação na União Europeia, nomeadamente, a nível judicial, o que permite traçar o estado da situação em vários países da UE.

¹⁹ Não foi possível obter mais informações sobre este congresso ao consultar o site Eulita.

Embora a súmula dos dados e da situação apresentada *infra* se baseie nas comunicações dos oradores,²⁰ acrescentou-se a comparação entre a situação verificada nestes países e em Portugal, de modo a cumprir os objectivos do presente Trabalho de Projecto. O ponto da situação é o seguinte:

- **França**

Na intervenção de Nathalie Gormezano, Directora dos Estudos e da Investigação do ISIT (Instituto Superior de Interpretação e Tradução) em Paris, esta oradora, que treina tradutores e intérpretes no respectivo instituto, afirmou que deveria haver uma colaboração a nível judicial entre todos os profissionais (juízes e advogados) envolvidos no processo a fim de se atingir a tão desejada qualidade, igualdade e justiça que a Directiva defende.

Gormezano afirmou ainda que os resultados obtidos em França numa sondagem mostraram que não só os tradutores e intérpretes tinham dificuldades, mas também os profissionais da justiça não entendem realmente o verdadeiro papel dos primeiros, não sendo considerados como especialistas e colaboradores ao mesmo nível de um médico ou engenheiro.

- **Polónia**

A situação da tradução e interpretação na Polónia foi explicitada por Anna Mendel, do Departamento de Cooperação Internacional da *National School of Judiciary and Public Prosecution*. Ficou-se a saber que na Polónia os serviços de interpretariado aos arguidos são gratuitos e estes têm direito à tradução de documentos relativos ao seu processo judicial.

Anna Mendel explicou que na Polónia um tradutor ajuramentado é uma pessoa singular de nacionalidade polaca ou proveniente de um Estado-Membro, ou ainda da Suíça, que domine a língua polaca e seja licenciado ou possua um mestrado feito nestes países. Tem ainda de ter realizado um exame na área da tradução e da interpretação da língua polaca para uma língua estrangeira, assim como o contrário. Este exame chama-se "*examination for sworn translators*" (exame para tradutores ajuramentados), de acordo

²⁰ <www.eulita.eu>. Web 28 Out. 2012.

com a Lei sobre a Profissão do Tradutor Ajuramentado, de 25 de Novembro de 2004. Este exame é composto por duas partes:

- 1- tradução escrita de carácter jurídico (de uma língua estrangeira para polaco e vice-versa);
- 2- interpretação num tribunal composta por tradução à vista (*sight translation*) e interpretação consecutiva (*consecutive interpreting*).

A título de curiosidade, acrescente-se que o referido exame é difícil e que as estatísticas de 2011 mostram que apenas um quinto dos candidatos conseguiu superar este exame com sucesso. Entre Abril de 2010 e Abril do 2011, apresentaram-se 348 candidatos a este exame, 149 passaram na parte escrita e 77 pessoas na parte oral, ou seja, 22%. Esta sondagem é aqui referida para demonstrar que, em Portugal, não existe este tipo de exame que permite a prática da profissão de tradutor-intérprete jurídico, sendo estes profissionais indicados por secções judiciais ou entidades policiais, tal como respondeu a Dr^a. Natércia Lopes, Oficial de Justiça junto do Tribunal de Viseu (ver *infra*).

Refira-se ainda que, na Polónia, 98% dos intérpretes são ajuramentados e apenas 2% são *ad-hoc*. Os critérios de escolha quanto a estes últimos prendem-se com a disponibilidade, com a falta de tradutores e intérpretes ajuramentados para línguas raras, com a remuneração (baixo custo), a distância em relação ao local de residência, a recusa por parte do tradutor ajuramentado em fornecer o serviço, a opinião positiva de outros colegas, profissionalismo, qualificação, situação urgente, prontidão para o trabalho proposto e conhecimento das regras do processo penal.

Também se verificou que apenas 6% dos intérpretes não tinham aptidões para a interpretação em processo penais devido à falta de conhecimento da terminologia ou das regras do processo penal, ou devido a outros factores.

Por fim, os honorários dos tradutores/intérpretes na Polónia são um assunto relevante e que deve ser mencionado. A interpretação em tribunal é paga a 9€ por hora e a tradução a 5,5€ por 1125 caracteres de inglês, alemão e francês para polaco e 7€ para outras línguas.

Na Polónia as dificuldades em contratar um intérprete prendem-se assim com a baixa remuneração, distância do tribunal em relação à residência, atraso nos pagamentos ou porque os contactos dos intérpretes estão desactualizados no Registo dos Tradutores Ajuramentados.

- **Alemanha**

Na comunicação apresentada por Martin Wenning-Morgenthaler, Juiz do Tribunal Superior de Trabalho em Berlim e porta-voz da Associação de Juízes, falando sobre a qualidade da interpretação nos tribunais alemães, o orador salientou a actual situação na Alemanha, os problemas sobre o ponto de vista dos juízes, os objectivos que o intérprete deve preencher e a necessidade em melhorar a cooperação entre os intérpretes e os tribunais.

É muito interessante o facto de este juiz ter referido o processo de contratação na Alemanha, afirmando que os intérpretes contactam um serviço central de tribunais onde são admitidos numa lista. Esta lista não contém informações sobre as suas qualificações, apenas as respectivas línguas de trabalho. Normalmente, os serviços administrativos do tribunal escolhem o intérprete com base no conhecimento pessoal ou em outros critérios abstractos, tais como sequência na lista, de modo a que cada intérprete seja recrutado com regularidade. Assim, o juiz só sabe quem é o intérprete no momento do julgamento.

Relativamente aos problemas sobre o ponto de vista dos juízes, pode acontecer que o discurso do arguido seja demasiado longo para o intérprete, sendo a interpretação um resumo. Outro problema que se coloca aos juízes é estes perceberem alguma coisa da língua estrangeira utilizada por um dos intervenientes no julgamento mas a interpretação não corresponder exactamente ao que é dito.

Este juiz defende que o intérprete deve ter acesso a documentos do processo e terem acesso a um resumo do caso.

- **Noruega**

Quanto à situação da tradução e da interpretação jurídica neste país da União Europeia, Leonardo Doria de Souza representante do IMDI (orgão de licenciamento para a autorização de intérpretes no sector público) afirmou que existe uma universidade (Akershus University College of Applied Sciences) onde é ministrado um curso de interpretação com a duração de sete semestres, com disciplinas como a formação profissional, história da interpretação, interpretação à distância, memória e tomada de notas.

A certificação dos intérpretes passa por um exame escrito eliminatório e um exame oral. Na Noruega existe *The Norwegian National Register of Interpreters*, criado em 2005, que contém uma lista de intérpretes, sendo financiado pelo IMDI. O recrutamento é feito através da universidade *supra* e da Universidade de Oslo, através de agências de tradução e de parceiros do IMDI como os municípios.

- **Áustria**

O representante da Associação Austríaca de Intérpretes apresentou uma comunicação subordinada ao tema: “Tradução e Interpretação nos Tribunais, Polícia e Autoridades Públicas na Áustria”. Nela referiu que existem dois tipos de intérpretes: os ajuramentados por cinco anos e os intérpretes *ad-hoc*.

O principal objectivo da certificação dos tradutores e intérpretes jurídicos é fornecer aos tribunais, à polícia e a outras autoridades uma base de tradutores e intérpretes para uma melhor administração da justiça. O outro objectivo é ajudar pessoas privadas e empresas a encontrar um profissional qualificado.

Este orador afirmou que, para se ser um tradutor/intérprete na Áustria, existe uma lei que regulamenta a admissão destes profissionais, assim como o exercício da sua profissão. Por outro lado, também existe uma lei que regula os honorários dos tradutores e intérpretes que vão a tribunal. Estes profissionais preenchem um formulário junto dos tribunais que é encaminhado para a comissão de certificação (presidida por um juiz e dois linguistas), fazem um teste oral e escrito de cerca de duas horas e, caso passem, prestam juramento. Possuem uma certificação durante cinco anos que pode ser renovável por mais outros cinco.

Na Áustria são dezasseis os tribunais que disponibilizam uma lista de tradutores e intérpretes. Estes profissionais não precisam de possuir a nacionalidade austríaca, mas devem ter o registo criminal sem qualquer anotação, possuir flexibilidade, integridade e profissionalismo.

Os tradutores e intérpretes podem perder a respectiva certificação quando não pedem a sua renovação, por renúncia, ou caso lhe seja retirada devido a queixas apresentadas pelos tribunais, polícia ou outras autoridades.

- **Suécia**

Quanto à Suécia, apenas se conseguiu saber que os tradutores e intérpretes pagam um exame, realizado duas vezes por ano, no valor de 240€, e a respectiva certificação por cinco anos. A Kammarkollegiet (Legal, Financial and Administrative Services Agency) é a entidade que autoriza e anula os serviços dos tradutores e intérpretes, mediante o referido exame escrito (duração de 5 horas, sem recurso a dicionários ou outro tipo de materiais. O exame oral tem a duração de 3 horas, podendo ser utilizados dicionários e outro material escrito). Como curiosidade, sublinhe-se que se apresentam cerca de 250 tradutores/intérpretes por ano para 22 línguas.

- **Inglaterra**

No caso da Inglaterra, a comunicação apresentada por Katrina Mayfield, intérprete no Serviço de Interpretação e Tradução da Polícia do Condado de Cambridgeshire, embora se centre num caso específico, aplica-se ao que se passa em todo o território inglês.

Esta oradora chama a atenção para o crescente número de imigrantes no Reino Unido nos últimos sete anos (uma em cada trinta e cinco pessoas, é imigrante neste país), o que acarreta vários desafios a muitos níveis, nomeadamente, ao nível da procura de serviços de tradução e interpretação, devido ao crescente número de pessoas detidas ou de testemunhas.

Nesta localidade, as línguas mais pedidas são o lituano, polaco, russo, eslovaco, letão e romeno. No Serviço acima referido existe uma lista de 200 intérpretes que residem nesta localidade e são altamente qualificados.

Refira-se no entanto que, segundo pesquisas em vários sites da imprensa inglesa,²¹ os intérpretes dos tribunais passaram a ser recrutados por uma única agência de tradução e interpretação que ganhou o respectivo concurso, o que tem suscitado grandes problemas como, intérpretes que chegam atrasados e falta de compreensão do que é dito em tribunal porque os honorários baixaram, contratando-se intérpretes de menor qualidade, entre outros problemas.

²¹ <<http://www.kirotv.com/news/news/innocent-deaf-woman-spends-60-hours-jail-without-i/nRLHN/>> e <http://www.thisisbristol.co.uk/Judge-criticises-interpreter-firm-trial-delays/story-16770263-detail/story.html?goback=%2Egde_2343198_member_154194879>. Web 14 Out. 2012.

Considere-se que não será de estranhar se as situações acima referidas se vierem a passar em Portugal, quando a Directiva 2010/64/UE for implementada, dado que talvez seja mais fácil abrir um concurso a nível nacional e entregar esta contratação a uma agência de tradução que irá necessariamente baixar os honorários dos intérpretes que irá contratar.

A partir dos exemplos dados pelos vários oradores oriundos dos países mencionados, conclui-se que há alguns requisitos que devem ou deveriam ser observados ou até exigidos aos tradutores e intérpretes em Portugal, não só no âmbito jurídico mas em qualquer outras das áreas da tradução e da interpretação.

Em primeiro lugar, estes profissionais deveriam possuir qualificações ao nível do ensino superior de modo a atingir a exigida excelência e profissionalismo.

Refira-se ainda que os tribunais deveriam fazer listas ou trabalhar em conjunto com um registo local e/ou nacional de tradutores e intérpretes. Esta é uma ideia presente na Directiva em estudo neste trabalho de projecto.

Em terceiro lugar, existe um ponto muito importante relativo aos prazos de pagamento, que deveriam ser cumpridos.

Além disso, é evidente que a qualidade de uma tradução ou de um trabalho de interpretação exige conhecimento da terminologia, domínio das línguas de partida e de chegada, cooperação entre os vários intervenientes no processo penal a nível dos tribunais (possibilidade de falar com o juiz e com os agentes policiais, se for caso disso), assim como contratação do mesmo profissional até final do processo.

Tal como se pode constatar, a situação em Portugal não é exactamente igual às situações apresentadas por estes países, mas com a implementação da Directiva 2010/64/UE, há o desejo e a esperança de uma maior uniformidade na contratação destes profissionais e, porque não, uma qualidade também ela mais uniforme.

Verifica-se que o modelo do Reino Unido tem trazido sérios problemas quanto à qualidade dos intérpretes, seus honorários e até incumprimento de horários e erros de tradução/interpretação não parecendo por isso, um modelo que Portugal deva seguir. Talvez os modelos da Áustria e da Noruega, com acesso à profissão devidamente regulamentado por lei (prestação de provas escritas e orais e respectivo título universitário), possam ou pudessem servir de exemplo para Portugal, com as devidas

adaptações, caso necessário. Ainda comparando a situação de Portugal com estes dois países, não temos intérpretes e/ou tradutores ajuramentados, mas *ad-hoc*.

Ainda em relação à Áustria, em Portugal os honorários dos tradutores e intérpretes (quando são respeitados), são indicados pelas associações destes profissionais ou pelo Sindicato da Actividade Turística não existindo uma lei específica como na Áustria.

Sublinhe-se, assim, que ao contrário de Portugal, é no Norte da Europa e na Europa Central que os tradutores e intérpretes passam por exames para sua certificação/ajuramentação, não existindo em Portugal este procedimento.

Conclui-se, então, após a análise das intervenções apresentadas que, em geral, é desejável uma maior colaboração entre todos os actores envolvidos em processos judiciais. Provavelmente será o que se passará em Portugal, em que os intervenientes não terão contacto entre si antes de se encontrarem na barra do tribunal.

Ainda como conclusão, refira-se que, em Portugal, o intérprete também pode ser contratado com base no conhecimento pessoal, tal como se viu no exemplo da Alemanha.

Capítulo IV: O Processo em Portugal em Direcção à Directiva

IV.1. Considerações Gerais

Dada a implementação da Directiva até 23 de Outubro de 2013, sublinhe-se, por exemplo, que quem pretende ser tradutor/intérprete no Tribunal de Justiça Europeu deve ter um diploma universitário que comprove a formação em Direito num Estado-Membro, exigindo-se igualmente o domínio da língua em que realizou esses estudos, assim como da respectiva terminologia.

É ainda exigido o conhecimento de duas outras línguas oficiais da UE, dando-se preferência ao francês, a língua de deliberação comum deste tribunal. Isto significa que são contratadas pessoas com formação na área de Direito e não na área da tradução.

O problema poderá estar no facto de as pessoas formadas em Direito não possuírem conhecimentos aprofundados de mais duas línguas da UE para além da sua língua materna.

Se o que se pretende em Portugal é este tipo de formação, será difícil contratar tradutores e intérpretes para os tribunais nacionais. Esta breve menção ao recrutamento de tradutores e intérpretes para o Tribunal Europeu, visa assim colocar a questão de como irá Portugal proceder ao recrutamento destes profissionais tendo em vista a implementação da Directiva em estudo neste Trabalho de Projecto. Certamente, irá recrutar, com base numa formação em direito, embora isto possa acontecer em casos específicos da formação pessoal de cada candidato. Um curso de jurista-linguista talvez fosse uma hipótese. No entanto ele não existe nem em Portugal, nem em nenhum país da União Europeia.

Então como irá o governo português, nomeadamente, o Ministério da Justiça, aplicar a Directiva em causa e quais as suas consequências?

Se Portugal decidir seguir o exemplo de Inglaterra, poderemos assistir, num futuro muito próximo, aos mesmos problemas deste país:

- Redução dos honorários dos tradutores e intérpretes jurídicos, devido ao monopólio concentrado numa só empresa de tradução;
- Contratação de tradutores e intérpretes menos qualificados e menos experientes o que poderá pôr em causa a defesa dos direitos humanos dos arguidos levados a tribunal.

Ficaremos, deste modo, na expectativa de como Portugal vai aplicar a Directiva, uma vez que ainda não se obteve dados mais concretos sobre as diligências tomadas neste sentido.

IV.2. Leis e Grupos de Trabalho dos Últimos Anos

A actividade da tradução consta de diversos diplomas, a saber:

- Decreto-lei 237/01 de 30 de Agosto;
- Decreto-Lei 76-A/2006;
- Decreto-Lei nº8/2007 de 17 de Janeiro;
- Artigo 166.º do Código de Processo Penal;

Na tentativa de simplificar os actos notariais, saiu um Decreto-Lei em 2001 que acaba por se aplicar à actividade de tradução.

Assim, o Decreto-Lei 237/2001 de 30 de Agosto do mesmo ano, no seu artigo 5.º, número 2, diz o seguinte:

Podem ainda as entidades referidas no número anterior (câmaras de comércio e indústria, advogados e solicitadores), certificar, ou fazer e certificar, traduções de documentos.

No número seguinte do mesmo Decreto-Lei, afirma-se que “os reconhecimentos e as traduções efectuados por estas entidades conferem ao documento a mesma força probatória que teria se tais actos tivessem sido realizados com intervenção notarial”.

Esta situação foi corroborada pelo Decreto-Lei 76-A/2006 de 29 de Março do mesmo ano e o Decreto-Lei nº8/2007 de 17 de Janeiro de 2007.

O Código de Processo Penal (CCP) no seu artigo 166.º, relativo à tradução, decifração e transcrição de documentos, diz o seguinte:

Se o documento for escrito em língua estrangeira, é ordenada, sempre que necessário, a sua tradução, nos termos do n.º 6 do artigo 92.º.

Neste artigo pode ler-se também que qualquer arguido tem direito à nomeação de “intérprete idóneo, ainda que a entidade que preside ao acto ou qualquer dos participantes processuais conheçam a língua por ele utilizada”. Mais se afirma que o “arguido pode escolher um intérprete diferente do previsto para traduzir as conversações com o seu defensor”. Finalmente, e não menos importante, no número 7.º do artigo 92.º, afirma-se que o “intérprete é nomeado por autoridade judiciária ou autoridade de polícia criminal”. Acrescente-se que o mesmo se aplica a um surdo ou deficiente auditivo que tem direito à nomeação de um intérprete em língua gestual.

Importa chamar a atenção para a remuneração dos peritos (tradutores, intérpretes e consultores técnicos) nomeados, que ficam sujeitos às “tabelas aprovadas pelo Ministério da Justiça ou, na sua falta, tendo em atenção os honorários correntemente pagos por serviços do género e do relevo dos que foram prestados” (artigo 162.º do CPP).

Por seu turno, no Código do Notariado (DL 207/95, Art.º 65.º, de 14 de Agosto), fala-se da nomeação de intérpretes sempre que um outorgante não compreenda a língua

portuguesa. São os outorgantes que nomeiam os intérpretes. No entanto, se o notário dominar a língua do outorgante, pode fazer a tradução verbal do instrumento. Isto significa que os tradutores e os intérpretes não têm de ser profissionais, podendo ser nomeada qualquer pessoa da confiança do outorgante:

Artigo 65.º

Actos com intervenção de outorgantes que não compreendam a língua portuguesa

- 1 - Quando algum outorgante não compreenda a língua portuguesa, intervém com ele um intérprete da sua escolha, o qual deve transmitir, verbalmente, a tradução do instrumento ao outorgante e a declaração de vontade deste ao notário.
- 2 - Se houver mais de um outorgante, e não for possível encontrar uma língua que todos compreendam, intervêm os intérpretes que forem necessários.
- 3 - A intervenção de intérprete é dispensada, se o notário dominar a língua dos outorgantes a ponto de lhes fazer a tradução verbal do instrumento.

O Código do Notariado (artigo 69.º) sublinha ainda que os intérpretes devem prestar juramento perante o notário, de bem desempenharem as suas funções.

Assim, em 1995, a Associação Portuguesa de Tradutores (APT) fez uma exposição, ao Ministério da Justiça, sobre a tradução e a interpretação dita oficial em Portugal, apoiada pelo Sindicato Nacional da Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes SNATTI). Em 1996, o Secretário Adjunto emitiu um Despacho que permitiu constituir um grupo de trabalho para apresentar uma proposta legislativa. O grupo de trabalho começou a trabalhar em 2000 e, em 2004, entregou um anteprojecto de DL sobre a Tradução e a Interpretação Ajuramentadas.

Este anteprojecto contém algumas propostas, tais como a criação de uma estrutura de certificação, gestão e publicitação das listas de Tradutores Ajuramentados (TA) e de Intérpretes Ajuramentados (IA), colocados sob a égide de um Conselho de Ajuramentação presidido e secretariado pela DGAJ (Direcção-Geral da Administração da Justiça), com a nomeação de um júri do processo de certificação. Outra proposta importante tem a ver com a admissão às provas para quem pretende ser TA e/ou IA. Estas provas seriam uma combinação entre formação e experiência.

Mas entretanto, a União Europeia cria a Directiva 2010/64/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu em Outubro de 2010, relativa à tradução e interpretação em processo penal, e que deve ser aplicada até 23 de Outubro de 2013. Até 27 de Outubro de 2014, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu um

relatório que avalie que medidas tomaram ao Estados-Membros para dar cumprimento à presente Directiva, acompanhado, se necessário, de propostas legislativas.

Cabe destacar que, em Fevereiro de 2011, foi criada a Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes Jurídicos (APITJUR) com o fim de “apoiar na aferição de qualidade, colaborar na preparação, auxiliar na implementação da Directiva, criar base de dados de profissionais e normas de tradução, facilitar a colaboração com profissionais jurídicos, criar sistema de acreditação e certificação”.²²

IV.3. Entrevistas a Entidades, a Tradutores e a Intérpretes

Para se compreender melhor os aspectos analisados no Trabalho de Projecto, realizou-se uma pesquisa junto de profissionais ligados à justiça, a quem se enviaram os seguintes questionários ou se fizeram entrevistas, tendo-se obtido as respostas abaixo reproduzidas:

- 1- Sabem se os tribunais (penais) têm uma base de dados com indicação do número de intérpretes utilizados por ano (X julgamentos em que se utilizaram Y intérpretes)?
- 2- Como são recrutados os intérpretes? São indicados por advogados ou juízes ou limitam-se a inscreverem-se nos tribunais?
- 3- São pessoas com formação em tradução/interpretariado?
- 4- Os dois artigos abaixo citados são da Directiva TAIA, que tem de ser aplicada até Outubro de 2013 em todos os Estados-Membros. Sabem se existe algo semelhante em Portugal? Ou seja, registos de tradutores com qualificações adequadas?

²² Informações prestadas pelo Dr. Manuel Sant'Iago Ribeiro (ver a entrevista na íntegra *infra*, cap. IV.3). A temática foi abordada previamente na sua comunicação no Congresso Tradulínguas, em 2012.

Artigo 5.

Qualidade da interpretação e da tradução

2. A fim de promover um nível adequado de interpretação e tradução e um acesso eficiente às mesmas, os Estados-Membros devem procurar criar um ou mais registos de tradutores e intérpretes independentes com qualificações adequadas. Uma vez criados, esse registo ou registos devem, se for caso disso, ser postos à disposição dos defensores legais e das autoridades competentes.

Artigo 7.

Conservação dos registos

Os Estados-Membros asseguram que, sempre que um suspeito ou acusado tenha sido interrogado ou ouvido por uma autoridade de investigação ou uma autoridade judicial com a assistência de um intérprete nos termos do artigo 2.º, sempre que uma tradução oral ou um resumo oral de documentos essenciais tenham sido facultados na presença dessa autoridade nos termos do n.º 7 do artigo 3.º ou sempre que alguém renuncie à tradução nos termos do n.º 8 do artigo 3.º, tais factos sejam consignados em registo, lavrado de acordo com o procedimento aplicável no direito do Estado-Membro em causa.

1ª Resposta obtida a 01/08/2012

De um Especialista Superior da Área de Tradução e Documentação da Polícia Judiciária

1- Não sei responder.

2- Penso que não há um critério específico para seleccionar os tradutores/intérpretes. Poderão ser indicados por diversos meios, ou até apresentar-se pessoalmente e entregarem um curriculum. Denoto a existência de uma cooperação entre alguns organismos ligados à Justiça (entre os quais alguns tribunais) no sentido de recomendarem uns aos outros tradutores/intérpretes que considerem fidedignos.

3- Tanto quanto sei, alguns tribunais procuram dar preferência a pessoas licenciadas nas áreas de línguas. Contudo, tal não é condição imprescindível para trabalhar como intérprete ou tradutor. Uma das razões para que tal aconteça é a existência de línguas ou

dialectos muito raros, para os quais é muito difícil arranjar um tradutor/intérprete, quanto mais um que tenha formação em tradução/interpretação.

4- A única entidade que tinha registos de tradutores qualificados e por áreas era a APT, embora não especificamente e apenas para a área jurídica.

De qualquer forma, não era um registo exaustivo e provavelmente a maioria dos tradutores não trabalharia com os tribunais. Além disso, esses registos não eram colocados directamente à disposição das autoridades competentes.

O que existe, obviamente, são os registos autónomos de diferentes entidades ligadas à Justiça, mas que, tanto quanto sei, não são disponibilizados oficialmente.

2ª Resposta obtida a 06/09/2012

Tribunal de Viseu

Em resposta ao e-mail enviado informo que neste tribunal não existe uma base de dados de intérpretes, geralmente são indicados pelas secções judiciais, que tem conhecimento dos intérpretes através da apresentação do curriculum no tribunal ou então através de um entidade policial (GNR, PSP, SEF).

Com os melhores cumprimentos.

**A Oficial Justiça
Natércia Lopes
Tribunal de Viseu**

3ª Resposta obtida a 07/12/2012

Drª Paula Mattos

Presidente da APIC (Associação Portuguesa de Intérpretes de Conferência)

1- Tanto quanto sei, não, embora possivelmente tenham uma lista informal de intérpretes a quem recorrem habitualmente.

2- Há varias formas, muitas vezes são contratados pelos advogados, directamente ou através de empresas de prestação de serviços, outras vezes são arrolados pelos juizes que os encontram no site das associações, os conhecem de outros casos ou por outras formas que desconheço. Trata-se de um processo aleatório e nada transparente. Tanto quanto sei, não se inscrevem directamente nos tribunais, mas não tenho a certeza disto.

3- Poderão ser ou não, na geração mais antiga poucos têm formação específica, na mais nova alguns têm, geralmente em cursos de duvidosa qualidade (estamos a falar de interpretação, não de tradução, onde a situação é diferente). O único curso de interpretação ministrado em Portugal de qualidade é a Pós Graduação em Interpretação de Conferências na Faculdade de Letras de Lisboa que é apoiado pelo Serviço Comum de Interpretação de Conferências da Comissão Europeia (DG SCIC), com a duração de um ano. Esta situação não é específica dos tribunais mas de toda a interpretação em geral no nosso país.

4- Não existe nada desse tipo em Portugal, daí os esforços que as associações de intérpretes através do conselho consultivo de interpretação / tradução do SNATTI estão a envidar há largos anos para que haja um estatuto da profissão e correspondente regulamentação. Ultimamente os esforços têm-se centrado na tentativa de que a Directiva seja transposta de forma adequada para a legislação nacional e passarem a existir os ditos registos.

Genericamente, o grande problema é que quer a interpretação quer a tradução não são profissões reconhecidas juridicamente e regulamentadas em Portugal, pelo que qualquer um se pode arrogar do titulo sem ter que fazer prova de coisa nenhuma, e isso acontece de facto. Existem duas associações, a APIC e a AIIC, que procuram defender as condições de trabalho e o reconhecimento da especificidade da actividade de interpretação, mas não tem qualquer estatuto legal que lhes permita controlar o ingresso na "profissão" nem de sancionar os intérpretes que a elas não pertençam. Um dos pontos mais importantes desta Directiva é a obrigatoriedade de constituir um registo para Interpretação em tribunal que poderá ser um embrião de um futuro registo geral de intérpretes, qualificados e acreditados, que permita a regulamentação da profissão e a retire do “no man's land” em que sempre tem vivido.

Entrevista 1

**Realizada ao Dr. Manuel Sant'Iago Ribeiro,
Membro da AIIC (Associação Internacional de Intérpretes de Conferência) e do
SNATTI (Sindicato Nacional da Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes)
22/08/2012**

- O que tem a dizer sobre a actividade de tradutor ajuramentado e intérprete ajuramentado?

Trata-se de actividades não reguladas porque nunca se entendeu regulá-las, não havendo exame para a prática da actividade. (Nota: o Dr. Sant'Iago insiste que se trata de uma actividade e não de uma profissão).

Assim, a ajuramentação é apenas ad-hoc, ou seja, esgota-se no processo, mais especificamente no próprio acto, para o qual os tradutores/intérpretes foram ajuramentados.

- Qual a solução?

Não pode deixar de passar por uma estrutura de certificação. O Ministério da Justiça vai ter que intervir na certificação para certificar estes profissionais. Neste momento, a certificação não existe. O que se faz é uma notificação para comparência de um profissional, tal como se notifica qualquer cidadão.

Deste modo, estes profissionais são tratados como peritos. No entanto, pode-se chegar à situação na qual por um lado, são tratados como peritos. Por outro lado, ganham muito menos, chegando a atingir 1/5 (um quinto) do valor de mercado.

- Quais as implicações económicas da implementação desta Directiva TAIA?

Depende de como os poderes políticos vão encarar a TAIA, ou a situação continua como até aqui e faz-se mais uma legislação, ou resolvemos pôr de pé uma estrutura de certificação.

De qualquer modo, um ano depois da entrada em vigor desta Directiva, ou seja em 2014, a Comissão terá de entregar um relatório com o que foi feito para a implementação da mesma. Se houver uma deficiência qualquer na transposição desta Directiva, Portugal

poderá sofrer uma condenação por parte da União Europeia. Uma possibilidade seria, o Ministério da Justiça chamar o grupo de trabalho e tentar “ressuscitar” o projecto de 2005.

Nos países em que há certificação de tradutores e intérpretes, as autoridades limitam-se a consultar os registos existentes e a contratar estes profissionais.

Perante este cenário, em 1995, a APT (Associação Portuguesa de Tradutores), sob a presidência do Dr. Francisco Magalhães, conseguiu fazer, no Ministério da Justiça, uma exposição na qual foi bem acolhido para fazer uma proposta legislativa. Seguiu-se o apoio de várias entidades associativas e a nomeação de um Grupo de Trabalho presidido pela Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) que depois de vicissitudes várias, finalmente, pôde trabalhar e entregou um projecto em 2004.

Entrevista 2

Serviço de Cooperação Internacional da Direcção-Geral da Administração da Justiça Dezembro de 2012 complementada em Março de 2013

As questões colocadas foram as seguintes:

- O que está a fazer Portugal para a aplicação desta Directiva, ou seja, o que pensa a DGPI fazer nesse sentido?
- A Directiva já foi transposta, e já foram ouvidas as partes interessadas – APIC, AIIC, APT, APIJUR, ou elas irão ser chamadas a contribuir?
- Tem-se em conta a realidade já existente nos outros países dos intérpretes e tradutores ajuramentados?
- Existe noção do que está a acontecer no Reino Unido com os intérpretes?
- Está-se ciente do interesse e disponibilidade que as associações representadas no CCT/I (Conselho Consultivo para a Tradução e Interpretação) do SNATTI (Sindicato Nacional da Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes) têm demonstrado?

De acordo com a resposta obtida, estão a ser desenvolvidos passos para a transposição da Directiva em Portugal, nomeadamente entre a Direcção Geral da Política da Justiça e a Direcção Geral da Administração da Justiça que têm estado em reuniões em Bruxelas. No entanto, a Directiva já se encontra parcialmente transposta no Código do Processo Penal português, estando-se a organizar as listagens de tradutores e intérpretes.

Também se abordou a questão de uma licenciatura em jurista-linguista que não existe em Portugal, e como serão contratados os intérpretes nos tribunais.

A este respeito, foi respondido que esta licenciatura não existe em nenhum dos países da União Europeia, porque jurista-linguista é uma categoria profissional dos funcionários europeus em Bruxelas, não é uma formação; a formação é de jurista (as línguas terão sido aprendidas ao longo na vida dos candidatos e são objecto de aferição de conhecimentos pré-admissão).

Como se pode verificar, as respostas obtidas são claras quanto ao que se está a fazer em Portugal no processo em direcção à Directiva.²³

IV.4. Proposta de Implementação da Directiva

Apesar de já se ter iniciado o processo de implementação da Directiva 2010/64/UE, e uma vez que este ainda não chegou ao seu final e, tendo em conta o objectivo de conceber um projecto, propõe-se a seguir um modelo de implementação da referida Directiva.

- **FORMAÇÃO**

Deve ter início na universidade, inserida num curso de tradução, com a escolha posterior, num ano universitário mais avançado, de uma componente teórica e prática designada por tradução e interpretação jurídico-penal, por exemplo.

²³ Até Março de 2013, foram estas as informações obtidas.

- A formação teórica deverá abranger matérias como:

1. Ordenamento jurídico português e o da língua estrangeira em estudo pelo aluno (ordenamento jurídico inglês, alemão, francês e espanhol, por exemplo);
2. Hierarquia e funcionamento dos tribunais (em Portugal e no país da língua estrangeira em estudo);
3. Noções de direito civil e penal;
4. Terminologia jurídica, com enfoque especial na terminologia penal;
5. Acesso a um ou vários processos que necessitem de tradução e/ou interpretação, embora com alteração de dados, dada a sua confidencialidade.

- Formação prática:

1. Simulação de casos “reais” na sala de aula;
2. Assistência a julgamentos que necessitem de interpretação para enquadramento do aluno;
3. Prática da tradução baseada em documentos jurídicos que necessitem dessa mesma tradução;
4. Possibilidade de efectuar estágio no final da componente lectiva do curso.

• **DIVULGAÇÃO**

1. Creditar a tradução e a interpretação na área jurídica, pois a profissão não está sequer regulada em termos gerais. Em Portugal, qualquer pessoa que se apresente num Cartório Notarial ou num advogado certifica e sua tradução sem apresentação de uma carteira profissional ou estando inserida numa lista;
2. Divulgação de uma lista nacional de tradutores e intérpretes devidamente credenciados (através, por exemplo, da realização de um exame), a nível notarial, de escritórios e de sociedades de advogados, assim como a nível dos tribunais (esta última é uma imposição da própria Directiva. Sublinhe-se que Portugal ainda está a

trabalhar na sua implementação). Esta lista deveria ser pública e estar disponível electronicamente.

- **REGULAMENTAÇÃO**

1. Transposição da Directiva para o direito português.
2. Validação das competências dos tradutores/intérpretes através de exame com a criação de uma estrutura de certificação sob a égide do Ministério da Justiça, mais concretamente da Direcção-Geral da Administração da Justiça.

CONCLUSÃO

Esta Directiva dirige-se especificamente às pessoas presentes em tribunal quando cometem algum tipo delito ou são vítimas de crime, vindo na sequência da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A presente Directiva respeita estes direitos humanos e deverá ser aplicada em conformidade. Daí a necessidade de reforçar a garantia destes direitos com a criação da Directiva 2010/64/UE, constatando-se que ela presta um importante serviço público aos detidos ou arguidos em todos os Estados-Membros, assim como contribui para a qualificação dos tradutores e intérpretes ligados a esta área.

O facto de este Trabalho de Projecto ter incidido sobre um tema tão específico, a implementação da Directiva 2010/64/UE, está relacionado com a necessidade de traçar uma panorâmica sobre o estado da tradução e interpretação jurídica e judicial nos Estados-Membros da União Europeia e qual o seu futuro.

Mantêm-se assim várias questões cuja resposta ainda está pendente da implementação da Directiva. A saber:

- 1- Como será implementada a Directiva em Portugal?
- 2- De que modo isso afectará não só os profissionais da tradução/interpretação, mas também todas os outros profissionais envolvidos no processo judicial (advogados, juízes, forças policiais e outros), assim como os arguidos, os detidos e as testemunhas?
- 3- Será que vai acontecer o mesmo que no Reino Unido, o pior exemplo da forma como a Directiva foi implementada, devido aos problemas mencionados ao longo deste trabalho?
- 4- Note-se ainda que uma das novidades desta Directiva diz respeito à possibilidade de reclamação da qualidade da tradução/interpretação. Ora, se nem sequer existe em Portugal uma lei que regule adequadamente a profissão, como irá regular essa reclamação?

Conclui-se ainda que melhorar o panorama actual é uma necessidade e um dever das instâncias envolvidas e até de todos, profissionais e cidadãos, pois está em causa a

prestação de um serviço público. Com efeito, qualquer pessoa se pode ver envolvida num processo judicial num país estrangeiro e precisar de uma tradução ou interpretação que, com certeza, desejaria ser de alta qualidade e transparência.

Ao longo da investigação e dos contactos efectuados para este trabalho, concluiu-se que há um crescente número de publicações especializadas – sobretudo a nível electrónico – e de congressos que reflectem este tema da tradução/interpretação jurídica e penal, assim como a formação dos respectivos profissionais, embora persista a sensação de que ainda não estão verdadeiramente sistematizadas as práticas pedagógicas a aplicar nessa formação superior dos tradutores e intérpretes.

Sobretudo graças às entrevistas realizadas, outra conclusão a que o presente Trabalho de Projecto permitiu chegar e que parece muito inovadora é a necessidade de:

- Envolvimento de todos os intervenientes no processo judicial e não uma separação estanque como até agora;
- Formação em tradução/interpretação jurídico-penal;
- Novas abordagens pedagógicas que ainda estão algo indefinidas, uma vez que a Directiva exige profissionais qualificados.

Apesar de a Directiva 2010/64/UE exigir tradutores e intérpretes altamente qualificados, verificou-se, em Espanha e no Reino Unido, que no momento da contratação e dadas as circunstâncias (contratação de empresas externas aos serviços públicos), a qualidade destes profissionais tem baixado de modo flagrante em vez de melhorar.

Por último, lamenta-se o facto de esta Directiva ser muito restritiva. Seria, aliás, desejável vê-la alargada a todas as áreas da tradução e da interpretação, especialmente no domínio da contratação, visto que no domínio da formação, os meios académicos parecem ser mais céleres a implementar a oferta de meios científicos, estando em constante inovação.

Em suma, espera-se que a elaboração desta proposta de implementação da Directiva 2010/64/UE cumpra os objectivos do presente Trabalho de Projecto e possa de algum modo contribuir para esclarecer a função da Directiva nas actividades de interpretação, tradução e serviço público na União Europeia e em Portugal.

Bibliografia

Cao, Deborah. *Translating Law*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters LTD, 2007.

Duarte, João Ferreira, Alexandra Assis Rosa and Teresa Seruya, eds. *Translation Studies at the Interface of Disciplines*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

Étude Portant sur la Contribution de la Traduction à la Société Multilingue dans l'Union Européenne. European Commission, Directorate-General for Translation, 2010.

Falar as Línguas da Europa, As Línguas na União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.

Foro de Reflexión Sobre el Multilingüismo y la Formación del Intérprete. Informe Final, Traducción española: Sonsoles Plaza y Catalina Fiol, Comisión Europea, 2009.

García-Izquierdo, Isabel and Esther Monzó, eds. *Iberian Studies on Translation and Interpreting*. Oxford: Peter Lang, 2012.

Interpretar e Traduzir Para A Europa. European Union, Elaborado para o CITI pela Direcção-Geral da Interpretação, Comissão Europeia, Setembro de 2010.

Samuelsson-Brown, Geoffrey. *Managing Translation Services*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters LTD, 2006.

Studies On Translation and Multilingualism. Final Report, Luxembourg: Publications Office of the European Union, 24 July 2012.

The Status of the Translation Profession in the European Union. Final Report, 2012.

Wagner, Emma. Svend Bech and Jesús M. Martínez. *Translating for the European Union Institutions*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

Sítios na Internet:

<<http://ccduti.wordpress.com/>>. *Transferendis et Interpretandis... con la ley en la mano*. Blogue sobre tradução, Web 31 Março 2013.

<http://ccduti.wordpress.com/2013/01/20/manifiesto-de-castellon/>>. “Manifiesto de Castellón. Sobre la transposición de la *Directiva Europea 2010/EU/64* sobre el derecho a la interpretación y traducción de calidad en los procesos penales”, Web 21 Jan. 2013.

<<http://cdt.europa.eu/PT/whoweare/Pages/Presentation.aspx>>. Web 21 Out. 2012.

<<http://curia.europa.eu/>>. Web 21 Out. 2012.

<<https://www.deutschland.de/pt/topic/politik/deutschland-europa/numeros-e-fatos-sobre-a-ue>>. Web 24 Abril 2013.

<http://ec.europa.eu/dgs/translation/translating/index_fr.htm>. Web 31 Março 2012.

<http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm>. Informações sobre os países da União Europeia, Web. 04 Nov. 2012.

<http://cdt.europa.eu/CDT%20Publication%20Book/CITI%20%20Interpreting%20and%20Translating%20for%20Europe/Citi_PT.pdf>. Interpretar e Traduzir na União Europeia, Web. 14 Out. 2012.

<http://ec.europa.eu/dgs/translation/translating/index_fr.htm>. A Tradução e a União Europeia, Web. 21 Out. 2012.

<<http://cdt.europa.eu/PT/whoweare/Pages/Presentation.aspx>>. Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia, Web. 21 Out. 2012.

<<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:280:0001:0007:pt:PDF>>. Web. 14 Out. 2012.

<<http://mariacristinadelavegamusings.wordpress.com/category/interpreting-2/court interpreting/>>. Blogue da María Cristina de la Vega a certified Spanish-English interpreter by the Administrative Office of the U.S. Courts, The Supreme Court of the State of Florida and NAJIT (National Association of Judiciary Interpreters and Translators), Web. 14 Out. 2012.

<<http://web.ua.es>>. Site da Universidade de Alicante, Web. 21 Jan. 2013.

<http://www.apitj.es/img/doc/carta_vertice.pdf>. Proposta de Novo Modelo de Tradução e Interpretação Judicial, Web. 10 Fev. 2013.

<<http://www.atanet.org>>. Web 04 Março 2013.

<[http://www.consilium.europa.eu/contacts/languages-\(1\)/the-language-service-of-the-council-general-secretariat.aspx?lang=fr](http://www.consilium.europa.eu/contacts/languages-(1)/the-language-service-of-the-council-general-secretariat.aspx?lang=fr)>. Serviço Linguístico do Conselho Europeu, Web. 21 Out. 2012.

<http://www.echr.coe.int/NR/rdonlyres/7510566B-AE54-44B9-A163-912EF12B8BA4/0/Convention_POR.pdf>. Direitos do Homem, Web. 10 Fev. 2013.

<<http://www.eulita.eu/fr>>. Associação Internacional de Tradutores e Intérpretes Jurídicos Europeus, Web. 28 Out. 2012.

<http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00d7a6c2b2/Secretariado-Geral.html?tab=eParliament_secretariat_dgtrad>. Web 31 Março 2013.

<<http://www.kirotv.com/news/news/innocent-deaf-woman-spends-60-hours-jail-without-i/nRLHN/>>. Web. 14 Out. 2012.

<http://www.thisisbristol.co.uk/Judge-criticises-interpreter-firm-trial-delays/story/16770263detail/story.html?goback=%2Egde_2343198_member_154194879>. Web. 14 Out. 2012.

< www.nrpsi.co.uk/ > . Web 21 Jan.2013.

Artigos de Jornais:

“Court Translation Service in Crisis After Cost-Cutting Deal”, Channel 4 News, <http://www.channel4.com/news/> - 24/01/2013.

“Independent Survey Commissioned by Interpreters for Justice as Part of Professional Interpreters for Justice Campaign – Highlights of Survey Results”, <http://www.nrpsi.co.uk/> - 15/10/2012.

“Judge Criticises Interpreter Firm For trial Delays”, <http://www.thisisbristol.co.uk/Judge-criticises-interpreter-firm-trial-delays/story-16770263-detail/story.html#axzz2Q0CFcDYd> - 27/08/2012.

M. A. Coloma, “La Falta de Intérpretes Obliga a Liberar a Varios Detenidos y a Suspender Pruebas”, *Haraldo de Aragón*, 08/04/2012.

“UK Judiciary Express Concern About Court Interpreting”, www.eulita.eu – 24/01/2013.

Entrevistas Pessoais:

Lopes, Natércia (2012). Entrevista pessoal, 06/09.

Mattos, Paula (2012). Entrevista pessoal, 07/12.

Sant'Iago Ribeiro, Manuel (2012). Entrevista pessoal, 22/08.

Serviço de Cooperação Internacional da Direção Geral da Administração da Justiça.

I

(Legislative acts)

DIRECTIVES

DIRECTIVE 2010/64/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL

of 20 October 2010

on the right to interpretation and translation in criminal proceedings

THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION,

Having regard to the Treaty on the Functioning of the European Union, and in particular point (b) of the second subparagraph of Article 82(2) thereof,

Having regard to the initiative of the Kingdom of Belgium, the Federal Republic of Germany, the Republic of Estonia, the Kingdom of Spain, the French Republic, the Italian Republic, the Grand-Duchy of Luxembourg, the Republic of Hungary, the Republic of Austria, the Portuguese Republic, Romania, the Republic of Finland and the Kingdom of Sweden ⁽¹⁾,

After transmission of the draft legislative act to the national parliaments,

Acting in accordance with the ordinary legislative procedure ⁽²⁾,

Whereas:

- (1) The Union has set itself the objective of maintaining and developing an area of freedom, security and justice. According to the Presidency Conclusions of the European Council in Tampere of 15 and 16 October 1999, and in particular point 33 thereof, the principle of mutual recognition of judgments and other decisions of judicial authorities should become the cornerstone of judicial cooperation in civil and criminal matters within the Union because enhanced mutual recognition and the necessary approximation of legislation would facilitate cooperation between competent authorities and the judicial protection of individual rights.

- (2) On 29 November 2000, the Council, in accordance with the Tampere Conclusions, adopted a programme of measures to implement the principle of mutual recognition of decisions in criminal matters ⁽³⁾. The introduction to the programme states that mutual recognition is 'designed to strengthen cooperation between Member States but also to enhance the protection of individual rights'.

- (3) The implementation of the principle of mutual recognition of decisions in criminal matters presupposes that Member States have trust in each other's criminal justice systems. The extent of mutual recognition is very much dependent on a number of parameters, which include mechanisms for safeguarding the rights of suspected or accused persons and common minimum standards necessary to facilitate the application of the principle of mutual recognition.

- (4) Mutual recognition of decisions in criminal matters can operate effectively only in a spirit of trust in which not only judicial authorities but all actors in the criminal process consider decisions of the judicial authorities of other Member States as equivalent to their own, implying not only trust in the adequacy of other Member States' rules, but also trust that those rules are correctly applied.

- (5) Article 6 of the European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (hereinafter the ECHR) and Article 47 of the Charter of Fundamental Rights of the European Union (hereinafter the Charter) enshrine the right to a fair trial. Article 48(2) of the Charter guarantees respect for the right of defence. This Directive respects those rights and should be implemented accordingly.

⁽¹⁾ OJ C 69, 18.3.2010, p. 1.

⁽²⁾ Position of the European Parliament of 16 June 2010 (not yet published in the Official Journal) and decision of the Council of 7 October 2010.

⁽³⁾ OJ C 12, 15.1.2001, p. 10.

- (6) Although all the Member States are party to the ECHR, experience has shown that that alone does not always provide a sufficient degree of trust in the criminal justice systems of other Member States.
- (7) Strengthening mutual trust requires a more consistent implementation of the rights and guarantees set out in Article 6 of the ECHR. It also requires, by means of this Directive and other measures, further development within the Union of the minimum standards set out in the ECHR and the Charter.
- (8) Article 82(2) of the Treaty on the Functioning of the European Union provides for the establishment of minimum rules applicable in the Member States so as to facilitate mutual recognition of judgments and judicial decisions and police and judicial cooperation in criminal matters having a cross-border dimension. Point (b) of the second subparagraph of Article 82(2) refers to 'the rights of individuals in criminal procedure' as one of the areas in which minimum rules may be established.
- (9) Common minimum rules should lead to increased confidence in the criminal justice systems of all Member States, which, in turn, should lead to more efficient judicial cooperation in a climate of mutual trust. Such common minimum rules should be established in the fields of interpretation and translation in criminal proceedings.
- (10) On 30 November 2009, the Council adopted a resolution on a Roadmap for strengthening procedural rights of suspected or accused persons in criminal proceedings⁽¹⁾. Taking a step-by-step approach, the Roadmap called for the adoption of measures regarding the right to translation and interpretation (measure A), the right to information on rights and information about the charges (measure B), the right to legal advice and legal aid (measure C), the right to communication with relatives, employers and consular authorities (measure D), and special safeguards for suspected or accused persons who are vulnerable (measure E).
- (11) In the Stockholm programme, adopted on 10 December 2009, the European Council welcomed the Roadmap and made it part of the Stockholm programme (point 2.4). The European Council underlined the non-exhaustive character of the Roadmap, by inviting the Commission to examine further elements of minimum procedural rights for suspected and accused persons, and to assess whether other issues, for instance the presumption of innocence, need to be addressed, in order to promote better cooperation in that area.
- (12) This Directive relates to measure A of the Roadmap. It lays down common minimum rules to be applied in the fields of interpretation and translation in criminal proceedings with a view to enhancing mutual trust among Member States.
- (13) This Directive draws on the Commission proposal for a Council Framework Decision on the right to interpretation and to translation in criminal proceedings of 8 July 2009, and on the Commission proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council on the right to interpretation and translation in criminal proceedings of 9 March 2010.
- (14) The right to interpretation and translation for those who do not speak or understand the language of the proceedings is enshrined in Article 6 of the ECHR, as interpreted in the case-law of the European Court of Human Rights. This Directive facilitates the application of that right in practice. To that end, the aim of this Directive is to ensure the right of suspected or accused persons to interpretation and translation in criminal proceedings with a view to ensuring their right to a fair trial.
- (15) The rights provided for in this Directive should also apply, as necessary accompanying measures, to the execution of a European arrest warrant⁽²⁾ within the limits provided for by this Directive. Executing Member States should provide, and bear the costs of, interpretation and translation for the benefit of the requested persons who do not speak or understand the language of the proceedings.
- (16) In some Member States an authority other than a court having jurisdiction in criminal matters has competence for imposing sanctions in relation to relatively minor offences. That may be the case, for example, in relation to traffic offences which are committed on a large scale and which might be established following a traffic control. In such situations, it would be unreasonable to require that the competent authority ensure all the rights under this Directive. Where the law of a Member State provides for the imposition of a sanction regarding minor offences by such an authority and there is a right of appeal to a court having jurisdiction in criminal matters, this Directive should therefore apply only to the proceedings before that court following such an appeal.

⁽¹⁾ OJ C 295, 4.12.2009, p. 1.

⁽²⁾ Council Framework Decision 2002/584/JHA of 13 June 2002 on the European arrest warrant and the surrender procedures between Member States (OJ L 190, 18.7.2002, p. 1).

- (17) This Directive should ensure that there is free and adequate linguistic assistance, allowing suspected or accused persons who do not speak or understand the language of the criminal proceedings fully to exercise their right of defence and safeguarding the fairness of the proceedings.
- (18) Interpretation for the benefit of the suspected or accused persons should be provided without delay. However, where a certain period of time elapses before interpretation is provided, that should not constitute an infringement of the requirement that interpretation be provided without delay, as long as that period of time is reasonable in the circumstances.
- (19) Communication between suspected or accused persons and their legal counsel should be interpreted in accordance with this Directive. Suspected or accused persons should be able, *inter alia*, to explain their version of the events to their legal counsel, point out any statements with which they disagree and make their legal counsel aware of any facts that should be put forward in their defence.
- (20) For the purposes of the preparation of the defence, communication between suspected or accused persons and their legal counsel in direct connection with any questioning or hearing during the proceedings, or with the lodging of an appeal or other procedural applications, such as an application for bail, should be interpreted where necessary in order to safeguard the fairness of the proceedings.
- (21) Member States should ensure that there is a procedure or mechanism in place to ascertain whether suspected or accused persons speak and understand the language of the criminal proceedings and whether they need the assistance of an interpreter. Such procedure or mechanism implies that competent authorities verify in any appropriate manner, including by consulting the suspected or accused persons concerned, whether they speak and understand the language of the criminal proceedings and whether they need the assistance of an interpreter.
- (22) Interpretation and translation under this Directive should be provided in the native language of the suspected or accused persons or in any other language that they speak or understand in order to allow them fully to exercise their right of defence, and in order to safeguard the fairness of the proceedings.
- (23) The respect for the right to interpretation and translation contained in this Directive should not compromise any other procedural right provided under national law.
- (24) Member States should ensure that control can be exercised over the adequacy of the interpretation and translation provided when the competent authorities have been put on notice in a given case.
- (25) The suspected or accused persons or the persons subject to proceedings for the execution of a European arrest warrant should have the right to challenge the finding that there is no need for interpretation, in accordance with procedures in national law. That right does not entail the obligation for Member States to provide for a separate mechanism or complaint procedure in which such finding may be challenged and should not prejudice the time limits applicable to the execution of a European arrest warrant.
- (26) When the quality of the interpretation is considered insufficient to ensure the right to a fair trial, the competent authorities should be able to replace the appointed interpreter.
- (27) The duty of care towards suspected or accused persons who are in a potentially weak position, in particular because of any physical impairments which affect their ability to communicate effectively, underpins a fair administration of justice. The prosecution, law enforcement and judicial authorities should therefore ensure that such persons are able to exercise effectively the rights provided for in this Directive, for example by taking into account any potential vulnerability that affects their ability to follow the proceedings and to make themselves understood, and by taking appropriate steps to ensure those rights are guaranteed.
- (28) When using videoconferencing for the purpose of remote interpretation, the competent authorities should be able to rely on the tools that are being developed in the context of European e-Justice (e.g. information on courts with videoconferencing equipment or manuals).
- (29) This Directive should be evaluated in the light of the practical experience gained. If appropriate, it should be amended so as to improve the safeguards which it lays down.

- (30) Safeguarding the fairness of the proceedings requires that essential documents, or at least the relevant passages of such documents, be translated for the benefit of suspected or accused persons in accordance with this Directive. Certain documents should always be considered essential for that purpose and should therefore be translated, such as any decision depriving a person of his liberty, any charge or indictment, and any judgment. It is for the competent authorities of the Member States to decide, on their own motion or upon a request of suspected or accused persons or of their legal counsel, which other documents are essential to safeguard the fairness of the proceedings and should therefore be translated as well.
- (31) Member States should facilitate access to national databases of legal translators and interpreters where such databases exist. In that context, particular attention should be paid to the aim of providing access to existing databases through the e-Justice portal, as planned in the multiannual European e-Justice action plan 2009-2013 of 27 November 2008 ⁽¹⁾.
- (32) This Directive should set minimum rules. Member States should be able to extend the rights set out in this Directive in order to provide a higher level of protection also in situations not explicitly dealt with in this Directive. The level of protection should never fall below the standards provided by the ECHR or the Charter as interpreted in the case-law of the European Court of Human Rights or the Court of Justice of the European Union.
- (33) The provisions of this Directive that correspond to rights guaranteed by the ECHR or the Charter should be interpreted and implemented consistently with those rights, as interpreted in the relevant case-law of the European Court of Human Rights and the Court of Justice of the European Union.
- (34) Since the objective of this Directive, namely establishing common minimum rules, cannot be sufficiently achieved by the Member States and can therefore, by reason of its scale and effects, be better achieved at Union level, the Union may adopt measures in accordance with the principle of subsidiarity as set out in Article 5 of the Treaty on European Union. In accordance with the principle of proportionality, as set out in that Article, this Directive does not go beyond what is necessary in order to achieve that objective.
- (35) In accordance with Article 3 of the Protocol (No 21) on the position of the United Kingdom and Ireland in respect of the Area of Freedom, Security and Justice, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty on the Functioning of the European Union, those Member States have notified their wish to take part in the adoption and application of this Directive.
- (36) In accordance with Articles 1 and 2 of the Protocol (No 22) on the position of Denmark, annexed to the Treaty on European Union and to the Treaty on the Functioning of the European Union, Denmark is not taking part in the adoption of this Directive and is not bound by it or subject to its application,

HAVE ADOPTED THIS DIRECTIVE:

Article 1

Subject matter and scope

1. This Directive lays down rules concerning the right to interpretation and translation in criminal proceedings and proceedings for the execution of a European arrest warrant.
2. The right referred to in paragraph 1 shall apply to persons from the time that they are made aware by the competent authorities of a Member State, by official notification or otherwise, that they are suspected or accused of having committed a criminal offence until the conclusion of the proceedings, which is understood to mean the final determination of the question whether they have committed the offence, including, where applicable, sentencing and the resolution of any appeal.
3. Where the law of a Member State provides for the imposition of a sanction regarding minor offences by an authority other than a court having jurisdiction in criminal matters, and the imposition of such a sanction may be appealed to such a court, this Directive shall apply only to the proceedings before that court following such an appeal.

⁽¹⁾ OJ C 75, 31.3.2009, p. 1.

4. This Directive does not affect national law concerning the presence of legal counsel during any stage of the criminal proceedings, nor does it affect national law concerning the right of access of a suspected or accused person to documents in criminal proceedings.

Article 2

Right to interpretation

1. Member States shall ensure that suspected or accused persons who do not speak or understand the language of the criminal proceedings concerned are provided, without delay, with interpretation during criminal proceedings before investigative and judicial authorities, including during police questioning, all court hearings and any necessary interim hearings.

2. Member States shall ensure that, where necessary for the purpose of safeguarding the fairness of the proceedings, interpretation is available for communication between suspected or accused persons and their legal counsel in direct connection with any questioning or hearing during the proceedings or with the lodging of an appeal or other procedural applications.

3. The right to interpretation under paragraphs 1 and 2 includes appropriate assistance for persons with hearing or speech impediments.

4. Member States shall ensure that a procedure or mechanism is in place to ascertain whether suspected or accused persons speak and understand the language of the criminal proceedings and whether they need the assistance of an interpreter.

5. Member States shall ensure that, in accordance with procedures in national law, suspected or accused persons have the right to challenge a decision finding that there is no need for interpretation and, when interpretation has been provided, the possibility to complain that the quality of the interpretation is not sufficient to safeguard the fairness of the proceedings.

6. Where appropriate, communication technology such as videoconferencing, telephone or the Internet may be used, unless the physical presence of the interpreter is required in order to safeguard the fairness of the proceedings.

7. In proceedings for the execution of a European arrest warrant, the executing Member State shall ensure that its competent authorities provide persons subject to such

proceedings who do not speak or understand the language of the proceedings with interpretation in accordance with this Article.

8. Interpretation provided under this Article shall be of a quality sufficient to safeguard the fairness of the proceedings, in particular by ensuring that suspected or accused persons have knowledge of the case against them and are able to exercise their right of defence.

Article 3

Right to translation of essential documents

1. Member States shall ensure that suspected or accused persons who do not understand the language of the criminal proceedings concerned are, within a reasonable period of time, provided with a written translation of all documents which are essential to ensure that they are able to exercise their right of defence and to safeguard the fairness of the proceedings.

2. Essential documents shall include any decision depriving a person of his liberty, any charge or indictment, and any judgment.

3. The competent authorities shall, in any given case, decide whether any other document is essential. Suspected or accused persons or their legal counsel may submit a reasoned request to that effect.

4. There shall be no requirement to translate passages of essential documents which are not relevant for the purposes of enabling suspected or accused persons to have knowledge of the case against them.

5. Member States shall ensure that, in accordance with procedures in national law, suspected or accused persons have the right to challenge a decision finding that there is no need for the translation of documents or passages thereof and, when a translation has been provided, the possibility to complain that the quality of the translation is not sufficient to safeguard the fairness of the proceedings.

6. In proceedings for the execution of a European arrest warrant, the executing Member State shall ensure that its competent authorities provide any person subject to such proceedings who does not understand the language in which the European arrest warrant is drawn up, or into which it has been translated by the issuing Member State, with a written translation of that document.

7. As an exception to the general rules established in paragraphs 1, 2, 3 and 6, an oral translation or oral summary of essential documents may be provided instead of a written translation on condition that such oral translation or oral summary does not prejudice the fairness of the proceedings.

8. Any waiver of the right to translation of documents referred to in this Article shall be subject to the requirements that suspected or accused persons have received prior legal advice or have otherwise obtained full knowledge of the consequences of such a waiver, and that the waiver was unequivocal and given voluntarily.

9. Translation provided under this Article shall be of a quality sufficient to safeguard the fairness of the proceedings, in particular by ensuring that suspected or accused persons have knowledge of the case against them and are able to exercise their right of defence.

Article 4

Costs of interpretation and translation

Member States shall meet the costs of interpretation and translation resulting from the application of Articles 2 and 3, irrespective of the outcome of the proceedings.

Article 5

Quality of the interpretation and translation

1. Member States shall take concrete measures to ensure that the interpretation and translation provided meets the quality required under Article 2(8) and Article 3(9).

2. In order to promote the adequacy of interpretation and translation and efficient access thereto, Member States shall endeavour to establish a register or registers of independent translators and interpreters who are appropriately qualified. Once established, such register or registers shall, where appropriate, be made available to legal counsel and relevant authorities.

3. Member States shall ensure that interpreters and translators be required to observe confidentiality regarding interpretation and translation provided under this Directive.

Article 6

Training

Without prejudice to judicial independence and differences in the organisation of the judiciary across the Union, Member States shall request those responsible for the training of judges, prosecutors and judicial staff involved in criminal proceedings to pay special attention to the particularities of communicating with the assistance of an interpreter so as to ensure efficient and effective communication.

Article 7

Record-keeping

Member States shall ensure that when a suspected or accused person has been subject to questioning or hearings by an investigative or judicial authority with the assistance of an interpreter pursuant to Article 2, when an oral translation or oral summary of essential documents has been provided in the presence of such an authority pursuant to Article 3(7), or when a person has waived the right to translation pursuant to Article 3(8), it will be noted that these events have occurred, using the recording procedure in accordance with the law of the Member State concerned.

Article 8

Non-regression

Nothing in this Directive shall be construed as limiting or derogating from any of the rights and procedural safeguards that are ensured under the European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms, the Charter of Fundamental Rights of the European Union, other relevant provisions of international law or the law of any Member State which provides a higher level of protection.

Article 9

Transposition

1. Member States shall bring into force the laws, regulations and administrative provisions necessary to comply with this Directive by 27 October 2013.

2. Member States shall transmit the text of those measures to the Commission.

3. When Member States adopt those measures, they shall contain a reference to this Directive or be accompanied by such a reference on the occasion of their official publication. The methods of making such reference shall be laid down by the Member States.

Article 10

Report

The Commission shall, by 27 October 2014, submit a report to the European Parliament and to the Council, assessing the extent to which the Member States have taken the necessary measures in order to comply with this Directive, accompanied, if necessary, by legislative proposals.

Article 11

Entry into force

This Directive shall enter into force on the 20th day following its publication in the *Official Journal of the European Union*.

*Article 12***Addressees**

This Directive is addressed to the Member States in accordance with the Treaties.

Done at Strasbourg, 20 October 2010.

For the European Parliament

The President

J. BUZEK

For the Council

The President

O. CHASTEL

ANEXO A

ANEXO B

I

(Actos legislativos)

DIRECTIVAS

DIRECTIVA 2010/64/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

de 20 de Outubro de 2010

relativa ao direito à interpretação e tradução em processo penal

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 82.º, n.º 2, segundo parágrafo, alínea b),

Tendo em conta a iniciativa do Reino da Bélgica, da República Federal da Alemanha, da República da Estónia, do Reino da Espanha, da República Francesa, da República Italiana, do Grão-Ducado do Luxemburgo, da República da Hungria, da República da Áustria, da República Portuguesa, da Roménia, da República da Finlândia e do Reino da Suécia ⁽¹⁾,

Após transmissão do projecto de acto legislativo aos Parlamentos nacionais,

Deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário ⁽²⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A União estabeleceu como objectivo manter e desenvolver um espaço de liberdade, segurança e justiça. Em conformidade com as Conclusões do Conselho Europeu de Tampere de 15 e 16 de Outubro de 1999, nomeadamente o ponto 33, o princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e outras decisões de autoridades judiciais deverá tornar-se a pedra angular da cooperação judiciária em matéria civil e penal na União, dado que um maior reconhecimento mútuo, a par da indispensável aproximação das diferentes legislações, facilitará a cooperação entre as autoridades competentes e a protecção judicial dos direitos individuais.

- (2) Em 29 de Novembro de 2000, em conformidade com as Conclusões de Tampere, o Conselho adoptou um programa de medidas destinadas a aplicar o princípio do reconhecimento mútuo das decisões penais ⁽³⁾. Na sua introdução, o referido programa declara que o reconhecimento mútuo «deverá permitir não só o reforço da cooperação entre Estados-Membros, mas também da protecção dos direitos das pessoas».

- (3) A aplicação do princípio do reconhecimento mútuo das decisões penais pressupõe a confiança dos Estados-Membros nos sistemas de justiça penal uns dos outros. A dimensão do reconhecimento mútuo depende estreitamente de certos parâmetros, entre os quais figuram os regimes de garantia dos direitos dos suspeitos e dos acusados e a definição de normas mínimas comuns necessárias para facilitar a aplicação do referido princípio.

- (4) O reconhecimento mútuo das decisões penais só pode funcionar eficazmente num clima de confiança em que não só as autoridades judiciais mas também todos os intervenientes no processo penal considerem as decisões das autoridades judiciais dos outros Estados-Membros como equivalentes às suas, o que implica confiança não apenas na adequação das regras dos outros Estados-Membros mas também na sua correcta aplicação.

- (5) O artigo 6.º da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (a seguir designada «CEDH») e o artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (a seguir designada «Carta») consagram o direito a um julgamento imparcial. O n.º 2 do artigo 48.º da Carta garante o respeito dos direitos da defesa. A presente directiva respeita estes direitos e deverá ser aplicada em conformidade.

⁽¹⁾ JO C 69 de 18.3.2010, p. 1.

⁽²⁾ Posição do Parlamento Europeu de 16 de Junho de 2010 (ainda não publicada no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 7 de Outubro de 2010.

⁽³⁾ JO C 12 de 15.1.2001, p. 10.

- (6) Apesar de todos os Estados-Membros serem partes na CEDH, a experiência demonstrou que esta participação por si só nem sempre permite assegurar um grau de confiança suficiente nos sistemas de justiça penal dos outros Estados-Membros.
- (7) O reforço da confiança mútua requer uma aplicação mais coerente dos direitos e garantias consagrados no artigo 6.º da CEDH. Tal reforço pressupõe igualmente o aprofundamento na União, por meio da presente directiva e de outras medidas, dos padrões mínimos estabelecidos na CEDH e na Carta.
- (8) O n.º 2 do artigo 82.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia prevê o estabelecimento de regras mínimas aplicáveis nos Estados-Membros para facilitar o reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e a cooperação policial e judiciária nas matérias penais com dimensão transfronteiriça. O artigo 82.º, n.º 2, segundo parágrafo, alínea b), refere os «direitos individuais em processo penal» como um dos domínios em que podem ser estabelecidas regras mínimas.
- (9) As regras mínimas comuns deverão contribuir para o reforço da confiança nos sistemas de justiça penal de todos os Estados-Membros, o que, por seu turno, deverá conduzir ao aumento da eficiência da cooperação judicial num clima de confiança mútua. Tais regras mínimas comuns deverão ser estabelecidas nos domínios da interpretação e da tradução em processo penal.
- (10) Em 30 de Novembro de 2009, o Conselho adoptou uma resolução sobre o Roteiro para o Reforço dos Direitos Processuais dos Suspeitos ou Acusados em Processos Penais ⁽¹⁾. Adoptando uma abordagem gradualista, o Roteiro propugnava a adopção de medidas relativas ao direito à tradução e à interpretação (medida A), ao direito à informação sobre os direitos e sobre a acusação (medida B), ao direito a patrocínio e apoio judiciários (medida C), ao direito de comunicação com familiares, empregadores e autoridades consulares (medida D) e a garantias especiais para suspeitos ou acusados vulneráveis (medida E).
- (11) No Programa de Estocolmo, adoptado em 10 de Dezembro de 2009, o Conselho Europeu congratulou-se com o Roteiro e integrou-o no texto do Programa (ponto 2.4). O Conselho Europeu sublinhou o carácter não exaustivo do Roteiro, convidando a Comissão a analisar novos elementos dos direitos processuais mínimos dos suspeitos e acusados e a avaliar a necessidade de abordar outras questões, como, por exemplo, a presunção de inocência, para promover uma melhor cooperação naquele domínio.
- (12) A presente directiva reporta-se à medida A do Roteiro. Estabelece regras mínimas comuns a aplicar nos domínios da interpretação e da tradução em processo penal, com o objectivo de reforçar a confiança mútua entre Estados-Membros.
- (13) A presente directiva baseia-se na proposta da Comissão, de 8 de Julho de 2009, de uma Decisão-Quadro do Conselho, relativa ao direito de beneficiar de serviços de interpretação e de tradução no âmbito dos processos penais, e na proposta da Comissão, de 9 de Março de 2010, de uma Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre o direito à interpretação e à tradução em processo penal.
- (14) O direito à interpretação e tradução para as pessoas que não falam ou não compreendem a língua do processo está consagrado no artigo 6.º da CEDH, tal como interpretado pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A presente directiva facilita o exercício daquele direito na prática. Para o efeito, a presente directiva visa garantir o direito dos suspeitos ou acusados a disporem de interpretação e tradução em processo penal, com vista a garantir o respectivo direito a um julgamento imparcial.
- (15) Os direitos estabelecidos na presente directiva deverão também aplicar-se, enquanto medidas de acompanhamento necessárias, à execução de mandados de detenção europeus ⁽²⁾, dentro dos limites previstos na presente directiva. Os Estados-Membros de execução deverão facultar interpretação e tradução às pessoas submetidas a um pedido que não falam ou não compreendem a língua do processo e suportar os custos correspondentes.
- (16) Em alguns Estados-Membros, a competência para impor sanções em caso de infracções de gravidade relativamente baixa cabe a uma autoridade que não é um tribunal competente em matéria penal (tribunal penal). Pode ser o caso, por exemplo, de infracções de trânsito que são cometidas em larga escala e que podem ser determinadas na sequência de uma operação de controlo de trânsito. Em tais situações, não seria razoável exigir que a autoridade competente garantisse todos os direitos decorrentes da presente directiva. Consequentemente, caso a lei de um Estado-Membro determine que, no caso de infracções de menor gravidade, as sanções são impostas por uma autoridade com essas características e que há direito de recurso para um tribunal penal, a presente directiva só deverá aplicar-se à acção que correr termos nesse tribunal na sequência do recurso.

⁽¹⁾ JO C 295 de 4.12.2009, p. 1.

⁽²⁾ Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (JO L 190 de 18.7.2002, p. 1).

- (17) A presente directiva deverá garantir a livre prestação de uma adequada assistência linguística, possibilitando que os suspeitos ou acusados que não falam ou não compreendem a língua do processo penal exerçam plenamente o seu direito de defesa e assegurando a equidade do processo.
- (18) A interpretação deverá ser posta sem demora à disposição dos suspeitos ou acusados. Contudo, caso decorra um determinado lapso de tempo antes de a interpretação ser disponibilizada, tal facto não constitui uma violação do requisito de que a interpretação seja disponibilizada sem demora, desde que o referido lapso de tempo seja razoável em função das circunstâncias em causa.
- (19) A comunicação entre o suspeito ou acusado e o seu defensor legal deverá beneficiar de interpretação nos termos da presente directiva. O suspeito ou acusado deverá poder, designadamente, explicar ao defensor legal a sua versão dos factos, indicar as declarações de que discorde e dar-lhe a conhecer elementos que devam ser aduzidos em sua defesa.
- (20) Para efeitos da preparação da defesa, as comunicações entre o suspeito ou acusado e o seu defensor legal directamente relacionadas com qualquer interrogatório ou audição no decurso do processo, com a interposição de um recurso ou com outros trâmites de carácter processual, como o pedido de libertação sob caução, deverão beneficiar de interpretação, caso tal seja necessário ao propósito de garantir a equidade do processo.
- (21) Os Estados-Membros deverão assegurar a existência de um procedimento ou método que permita apurar se o suspeito ou acusado fala e compreende a língua do processo penal e se necessita da assistência de um intérprete. Tal procedimento ou método pressupõe que as autoridades competentes verifiquem por quaisquer meios adequados, designadamente a consulta do próprio suspeito ou acusado, se este fala e compreende a língua do processo penal e se necessita da assistência de um intérprete.
- (22) A interpretação e a tradução previstas na presente directiva deverão ser disponibilizadas na língua materna do suspeito ou acusado ou em qualquer outra língua que ele fale ou compreenda, a fim de lhe permitir exercer plenamente o seu direito de defesa e a fim de garantir a equidade do processo.
- (23) O respeito do direito à interpretação e tradução estabelecido na presente directiva não deverá prejudicar qualquer outro direito processual previsto no direito nacional.
- (24) Os Estados-Membros deverão assegurar a possibilidade de controlar a adequação da interpretação e tradução disponibilizada quando as autoridades competentes forem formalmente requeridas em casos concretos.
- (25) O suspeito ou acusado, ou a pessoa submetida a um processo de execução de um mandado de detenção europeu, deverá ter, nos termos da lei nacional, o direito de contestar a conclusão de que não é necessária interpretação. Este direito não implica a obrigação de os Estados-Membros estabelecerem um regime ou um procedimento de reclamação autónomo através do qual essa conclusão possa ser contestada, e não deverá prejudicar os prazos aplicáveis à execução do mandado de detenção europeu.
- (26) Quando a qualidade da interpretação for considerada insuficiente para garantir o direito a um julgamento imparcial, as autoridades competentes deverão poder substituir o intérprete nomeado.
- (27) O dever de cuidado para com os suspeitos ou acusados em situação potencialmente desvantajosa, nomeadamente devido a deficiências físicas que afectem a sua capacidade para comunicar de forma eficaz, é inerente a uma boa administração da justiça. O Ministério Público, as autoridades policiais e as autoridades judiciais deverão, por conseguinte, assegurar que essas pessoas possam exercer efectivamente os direitos previstos na presente directiva, nomeadamente tendo em conta qualquer potencial vulnerabilidade que possa afectar a sua capacidade de acompanhar o processo e de se fazerem entender, e tomando as medidas adequadas para garantir esses direitos.
- (28) Quando recorrerem à videoconferência para efeitos de interpretação à distância, as autoridades competentes deverão poder contar com as ferramentas que estão a ser desenvolvidas no âmbito da Justiça Electrónica Europeia, «e-Justice» (por exemplo, informações sobre os tribunais que dispõem de equipamentos ou manuais de videoconferência).
- (29) A presente directiva deverá ser avaliada à luz da experiência adquirida na prática. Se for caso disso, deverá ser alterada de molde a melhorar as garantias que consagra.

- (30) A garantia da equidade do processo implica que os documentos essenciais, ou pelo menos as passagens relevantes desses documentos, sejam traduzidos para benefício do suspeito ou acusado nos termos da presente directiva. Determinados documentos deverão sempre ser considerados documentos essenciais à prossecução desse objectivo e, por conseguinte, traduzidos, como as decisões que imponham uma medida privativa de liberdade, a acusação ou a pronúncia, e as sentenças. Compete às autoridades competentes dos Estados-Membros decidirem, por sua própria iniciativa ou a pedido do suspeito ou acusado ou do seu defensor legal, que outros documentos são essenciais à garantia da equidade do processo, devendo, por isso, ser também traduzidos.
- (31) Os Estados-Membros deverão facilitar o acesso às suas bases de dados de tradutores e intérpretes no domínio jurídico, caso essas bases de dados existam. Neste contexto, haverá que dar particular atenção ao objectivo de proporcionar o acesso às bases de dados existentes através do portal «e-Justice», tal como prevê o plano de acção plurianual 2009-2013 sobre Justiça Electrónica Europeia («e-Justice»), de 27 de Novembro de 2008 ⁽¹⁾.
- (32) A presente directiva deverá fixar regras mínimas. Os Estados-Membros deverão poder alargar os direitos nela previstos a fim de proporcionarem um nível de protecção mais elevado igualmente em casos não expressamente abrangidos pela presente directiva. O nível de protecção não deverá nunca ser inferior ao das normas previstas na CEDH ou na Carta, tal como têm vindo a ser interpretadas pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Tribunal de Justiça da União Europeia.
- (33) As disposições da presente directiva que correspondam a direitos garantidos pela CEDH ou pela Carta deverão ser interpretadas e aplicadas de forma coerente com esses direitos, tal como têm vindo a ser interpretados pela jurisprudência relevante do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Tribunal de Justiça da União Europeia.
- (34) Atendendo a que o objectivo da presente directiva, a saber, estabelecer regras mínimas comuns, não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros e pode, pois, devido à sua dimensão e efeitos, ser mais bem alcançado a nível da União, a União pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade, consagrado no artigo 5.º do Tratado da União Europeia. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade, consagrado no mesmo artigo, a presente directiva não excede o necessário para atingir aquele objectivo.
- (35) Nos termos do artigo 3.º do Protocolo (n.º 21) relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda em relação ao espaço de liberdade, segurança e justiça, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, estes Estados-Membros notificaram por escrito a sua intenção de participar na adopção e na aplicação da presente directiva.
- (36) Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo (n.º 22) relativo à posição da Dinamarca, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a Dinamarca não participa na adopção da presente directiva e não fica a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação,

ADOPTARAM A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1. A presente directiva estabelece regras relativas ao direito à interpretação e tradução em processo penal e em processo de execução de mandados de detenção europeus.
2. O direito a que se refere o n.º 1 é conferido a qualquer pessoa, a partir do momento em que a esta seja comunicado pelas autoridades competentes de um Estado-Membro, por notificação oficial ou por qualquer outro meio, que é suspeita ou acusada da prática de uma infracção penal e até ao termo do processo, ou seja, até ser proferida uma decisão definitiva sobre a questão de saber se o suspeito ou acusado cometeu a infracção, inclusive, se for caso disso, até que a sanção seja decidida ou um eventual recurso seja apreciado.
3. Caso a lei de um Estado-Membro determine que, no caso de infracções de menor gravidade, as sanções são impostas por uma autoridade que não é um tribunal competente em matéria penal e que a imposição dessa sanção é passível de recurso para um tribunal com essas características, a presente directiva só se aplica à acção que correr termos nesse tribunal na sequência do recurso.

⁽¹⁾ JO C 75 de 31.3.2009, p. 1.

4. A presente directiva não afecta o direito nacional no que diz respeito à presença de um defensor legal durante todas as fases do processo penal, nem no que diz respeito ao direito de acesso dos suspeitos ou acusados aos documentos do referido processo.

Artigo 2.º

Direito à interpretação

1. Os Estados-Membros asseguram que os suspeitos ou acusados que não falam ou não compreendem a língua do processo penal em causa beneficiem, sem demora, de interpretação durante a tramitação penal perante as autoridades de investigação e as autoridades judiciais, inclusive durante os interrogatórios policiais, as audiências no tribunal e as audiências intercalares que se revelem necessárias.

2. Os Estados-Membros asseguram que, caso tal seja necessário à garantia da equidade do processo, seja disponibilizada interpretação para as comunicações entre o suspeito ou acusado e o seu defensor legal directamente relacionadas com qualquer interrogatório ou audição no decurso do processo, com a interposição de um recurso ou com outros trâmites de carácter processual.

3. O direito à interpretação referido nos n.ºs 1 e 2 inclui a assistência adequada a pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

4. Os Estados-Membros asseguram a existência de um procedimento ou método que permita apurar se o suspeito ou acusado fala e compreende a língua do processo penal e se necessita da assistência de um intérprete.

5. Os Estados Membros asseguram que, nos termos da lei nacional, o suspeito ou acusado tenha o direito de contestar a decisão segundo a qual não é necessária interpretação e, caso esta seja disponibilizada, tenha a possibilidade de apresentar queixa do facto de a qualidade da interpretação não ser suficiente para garantir a equidade do processo.

6. Se for caso disso, pode recorrer-se a tecnologias de comunicação como a videoconferência, o telefone ou a Internet, a menos que a presença física do intérprete seja necessária para garantir a equidade do processo.

7. Nos processos de execução de mandados de detenção europeus, o Estado-Membro de execução assegura que as suas

autoridades competentes disponibilizem interpretação nos termos do presente artigo às pessoas submetidas a esses mandados que não falam ou não compreendem a língua do processo.

8. A interpretação disponibilizada nos termos do presente artigo deve ter a qualidade suficiente para garantir a equidade do processo, assegurando, designadamente, que o suspeito ou acusado tenha conhecimento das acusações e provas contra ele deduzidas e seja capaz de exercer o seu direito de defesa.

Artigo 3.º

Direito à tradução dos documentos essenciais

1. Os Estados-Membros asseguram que aos suspeitos ou acusados que não compreendem a língua do processo penal em causa seja facultada, num lapso de tempo razoável, uma tradução escrita de todos os documentos essenciais à salvaguarda da possibilidade de exercerem o seu direito de defesa e à garantia da equidade do processo.

2. Entre os documentos essenciais contam-se as decisões que imponham uma medida privativa de liberdade, a acusação ou a pronúncia, e as sentenças.

3. As autoridades competentes devem decidir, em cada caso, se qualquer outro documento é essencial. O suspeito ou acusado ou o seu defensor legal podem apresentar um pedido fundamentado para esse efeito.

4. Não têm de ser traduzidas as passagens de documentos essenciais que não sejam relevantes para que o suspeito ou acusado conheça as acusações e provas contra ele deduzidas.

5. Os Estados-Membros asseguram que, nos termos da lei nacional, o suspeito ou acusado tenha o direito de contestar a decisão segundo a qual não é necessária a tradução de documentos ou passagens de documentos e, caso esta seja facultada, tenha a possibilidade de apresentar queixa do facto de a qualidade da tradução não ser suficiente para garantir a equidade do processo.

6. Nos processos de execução de mandados de detenção europeus, o Estado-Membro de execução assegura que as suas autoridades competentes facultem a tradução escrita do mandado de detenção europeu às pessoas submetidas a esses mandados que não compreendem a língua em que o mesmo é redigido ou a língua para a qual tenha sido traduzido pelo Estado-Membro de emissão.

7. Como excepção às regras gerais estabelecidas nos n.ºs 1, 2, 3 e 6, podem ser facultados uma tradução oral ou um resumo oral dos documentos essenciais em vez de uma tradução escrita, na condição de essa tradução oral ou esse resumo oral não prejudicarem a equidade do processo.

8. A renúncia ao direito à tradução de documentos previsto no presente artigo fica sujeita ao requisito de que o suspeito ou acusado tenha previamente recebido aconselhamento jurídico, ou obtido, por outra via, pleno conhecimento das consequências da sua renúncia, e de que essa renúncia seja inequívoca e voluntária.

9. A tradução facultada nos termos do presente artigo deve ter a qualidade suficiente para garantir a equidade do processo, assegurando, designadamente, que o suspeito ou acusado tenha conhecimento das acusações e provas contra ele deduzidas e seja capaz de exercer o seu direito de defesa.

Artigo 4.º

Custos de interpretação e de tradução

Os Estados-Membros suportam os custos de interpretação e de tradução decorrentes da aplicação dos artigos 2.º e 3.º, independentemente do resultado do processo.

Artigo 5.º

Qualidade da interpretação e da tradução

1. Os Estados-Membros tomam medidas concretas para assegurar que a qualidade da interpretação e da tradução prestadas satisfaz os requisitos de qualidade estabelecidos no n.º 8 do artigo 2.º e no n.º 9 do artigo 3.º

2. A fim de promover um nível adequado de interpretação e tradução e um acesso eficiente às mesmas, os Estados-Membros devem procurar criar um ou mais registos de tradutores e intérpretes independentes com qualificações adequadas. Uma vez criados, esse registo ou registos devem, se for caso disso, ser postos à disposição dos defensores legais e das autoridades competentes.

3. Os Estados-Membros asseguram que os intérpretes e tradutores respeitem a confidencialidade da interpretação e tradução prestadas nos termos da presente directiva.

Artigo 6.º

Formação

Sem prejuízo da independência do poder judicial e das diferenças de organização dos sistemas judiciais na União, os Estados-Membros devem requerer aos responsáveis pela formação de juizes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais que exerçam actividade no âmbito do processo penal que consagrem especial atenção às especificidades da comunicação com a assistência de um intérprete, de modo a assegurar uma comunicação eficiente e eficaz.

Artigo 7.º

Conservação dos registos

Os Estados-Membros asseguram que, sempre que um suspeito ou acusado tenha sido interrogado ou ouvido por uma autoridade de investigação ou uma autoridade judicial com a assistência de um intérprete nos termos do artigo 2.º, sempre que uma tradução oral ou um resumo oral de documentos essenciais tenham sido facultados na presença dessa autoridade nos termos do n.º 7 do artigo 3.º ou sempre que alguém renuncie à tradução nos termos do n.º 8 do artigo 3.º, tais factos sejam consignados em registo, lavrado de acordo com o procedimento aplicável no direito do Estado-Membro em causa.

Artigo 8.º

Não regressão

Nenhuma disposição da presente directiva pode ser interpretada como limitando ou derrogando os direitos e garantias processuais consagrados na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, noutras disposições aplicáveis do direito internacional ou no direito dos Estados-Membros que proporcione um nível de protecção mais elevado.

Artigo 9.º

Transposição

1. Os Estados-Membros põem em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva até 27 de Outubro de 2013.

2. Os Estados-Membros transmitem o texto dessas disposições à Comissão.

3. Quando os Estados-Membros adoptarem essas disposições, estas incluem uma referência à presente directiva ou são acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência são estabelecidas pelos Estados-Membros.

Artigo 10.º

Relatório

Até 27 de Outubro de 2014, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório que avalie em que medida os Estados-Membros tomaram as medidas necessárias para dar cumprimento à presente directiva, acompanhado, se necessário, de propostas legislativas.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

A presente directiva entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

*Artigo 12.º***Destinatários**

Os destinatários da presente directiva são os Estados-Membros nos termos dos Tratados.

Feito em Estrasburgo, em 20 de Outubro de 2010.

Pelo Parlamento Europeu

O Presidente

J. BUZEK

Pelo Conselho

O Presidente

O. CHASTEL

ANEXO C

Judge criticises interpreter firm for trial delays



Monday, August 27, 2012



[The Bristol Post](#)

A JUDGE has hit out at the company that provides translators in legal cases, saying its failure to provide reliable interpreters was a “plague” on the courts.

Judge David Ticehurst said the service provided by Applied Language Solutions had been “dreadful” because too often interpreters had not turned up, turned up late and on some occasions been “incompetent”.



1.

His Hon Judge David Ticehurst

After the case of a cannabis gardener had to be postponed due to an interpreter being repeatedly late, Judge Ticehurst summoned ALS to court for a hearing to determine a “wasted costs order”.

Judge Ticehurst said: “Since ALS took over the contract, the courts have been plagued by a failure of interpreters to turn up, and not be as good at English as they should be.

Order a set of Business Cards before Monday & receive an extra 125 for FREE. Thats 375 cards from only £13.95 FREE Delivery. Dispatched Monday 4th, Delivered Tuesday 5th. Visit www.myprint-247.co.uk

Terms: Offer applies to all business cards on our website & to qualify for the offer please use the code: 125FREE in the coupon section at checkout. An email will follow to confirm your free business cards.

Valid until: Sunday, February 03 2013

“Family cases have had to be adjourned, as have criminal cases.

“When an interpreter is incompetent, late or fails to turn up, ALS says ‘it’s nothing to do with us’.”

Her Majesty’s Courts and Tribunals Service has a legal obligation under the Human Rights Act to provide interpreters.

ALS was appointed by the Ministry of Justice to have sole control of the contract for courts and tribunals in England and Wales on January 30.

But Judge Ticehurst said if it was up to him he would terminate the contract.

The barrister representing ALS, David Scutt, argued the company was doing everything it could to provide a reliable service.

But the judge argued: “What are they (ALS) getting paid for? Finding an interpreter who may or may not turn up on time?”

Under the Supreme Court Act 1981, judges have the power to order a party or legal representative to meet “wasted costs”. The court must give them a reasonable opportunity to attend a hearing to give reasons why it should not make such an order.

The case in the order against ALS was that of Men Pham, a 54-year-old Vietnamese woman who speaks no English.

On the day the case was first listed for sentence, July 17, the interpreter was 44 minutes late, having come from London. By the time the case was able to be called, the judge was in the middle of a trial so had to adjourn it until August 14.

A request was made for the case to be heard at 2pm that day to allow for an interpreter’s travel time, yet still he was half an hour late, this time coming from Cardiff.

The case finally concluded at 3.10pm, when Pham was given a one-year suspended prison sentence and a six-month curfew.

Deciding not to make the costs order against ALS, Judge Ticehurst said: “I’m sure that, in future, ALS will ensure that any interpreters will appear in court, on time, not late.”

It is not clear how much money had been wasted by the delays.

On its website, ALS states it is “dedicated to providing high quality professional language translation service – at excellent prices”.

A company director declined to comment after the hearing.

Innocent deaf woman spends 60 hours in jail without interpreter

Broken TTY phone adds to isolation



Pierce County Jail

Related

TACOMA Wash. - A federal disability rights group has launched a probe into how Tacoma police and the Pierce County Jail treated a deaf crime victim.

That action comes as a direct result of a KIRO Team 7 Investigation.

[In a report on August 5](#), Investigative Reporter Chris Halsne exposed how Tacoma police tased Lashonn White on April 6 just minutes after she called 911 for their help. Police reports say White failed to heed a call to “stop” – something White says there was no way for her to hear. She’s been deaf since birth. Officers arrested White on charges of assault and obstruction anyway.

“I mean imagine—all I did was come running, wave my hands and come running out, and the next thing I know I’m on the ground,” White explained to Halsne through a certified American Sign Language interpreter.

A prosecutor declined to file any charges against White, but didn’t review the case for nearly three days. White sat in jail about 60 hours over the Easter holiday weekend before being released.

Halsne discovered that when someone who doesn't speak English is booked into the Pierce County Jail, staff calls interpreters on the phone so they can explain basic information to the new inmate like charges, medical needs and the time of their initial court date.

Deaf inmates don't get that same courtesy because the jail does not have a video phone which allows for sign language communications.

"They didn't read my charges to me or anything," White said. "I'm still wondering exactly what happened. I think it didn't make any sense. Why do we have an Americans with Disabilities Act?"

Hardened criminals might not think entering the Pierce County Jail is scary but for someone like White, who has never been arrested, the experience was emotionally overwhelming.

"When I was in jail—all I wanted to do is cry. I was so upset. I just couldn't believe what was happening to me. I'm thinking—'What am I doing here?' I was doing my best to get along with people because I was nervous. I don't know who's in there," said White.

Jail staff told Team 7 Investigators it was apparent White had injuries when Tacoma police dropped her off to be booked.

According to jail records, correction officers called a nurse and noted their new inmate was "Tazed (sic) prior to booking" and "is deaf - use written instructions when possible."

White feared exchanging notes with police or jailers because she thought they may be misused against her later, so she requested an American Sign Language interpreter to facilitate clear communication.

Yet, one never came.

Jail Administrator Lt. Patty Jackson believes Pierce County followed all disability-rights laws. She said inmates are never questioned about their pending criminal cases, so corrections officers only need to convey the simplest of matters.

“We make certain they are fed; we make certain they are safe and that they are clothed. We understand there are complications. We understand fear,” Jackson said. “We take great pride in making certain that whether it’s somebody who speaks Russian or Spanish or somebody that is deaf, somebody who is blind, we make certain that we’re doing what we can.”

Jackson said the jail made special accommodations for White, assigning her a smaller living space with fewer cellmates.

Records show guards were put on notice “White could not hear or speak.”

To make her “call”, White was given access to an old-fashioned text phone called a TTY, but there was a big problem.

“I tried to dial through the phone and use this thing and it’s not even working right. It’s terrible, the technology’s terrible, I finally said ‘Forget it,’” said White.

Jail audio logs confirm another inmate had to contact White's family for her on a regular phone, telling them the TTY phone was “not working” and that Lashonn was sorry for missing a “happy Easter”.

Two months after White's stay, we discovered the same unusable TTY phone was still in circulation with a bad battery. After our questions about that phone, the jail pulled it from service.

“That, unfortunately, is the real reality of discrimination, whether someone intends to discriminate or not,” said David Carlson, an attorney with Disabilities Rights Washington.

Disability Rights Washington is designated by the governor and mandated by Congress to investigate potential abuse and neglect of people with disabilities. They are investigating White’s case.

Carlson said KIRO Team 7 Investigators have uncovered some troubling policies and practices at both the Pierce County Jail and within the Tacoma Police Department.

“To the community of deaf and hard-of-hearing, it can really scare people off of asking for police help. We don’t want that to happen. We want to feel as safe as we can make them in our communities,” Carlson said.

Disabilities Rights Washington told Halsne it has already contacted the City of Tacoma and an investigation is under way and ongoing.

Court translation service in crisis after cost-cutting deal

A government deal aimed at cutting the cost of court translation services, results in a boycott by interpreters and additional cost to the taxpayer, Channel 4 News has learned.

A government deal with [Applied Language Solutions](#) (ALS) was supposed to cut £18m off the [Ministry of Justice's](#) (MoJ) bill for court translation services in England and Wales - around 23 per cent of the budget. But what was intended as a cost-cutting measure will cost the government thousands of pounds every day in delays and adjournments, Channel 4 News has been told.

Around 1,000 interpreters have not been turning up to court because of the reduced pay and expenses offered by ALS. As a result, court hearings reliant on interpreters have been delayed or postponed, at a high cost to the MoJ and the taxpayer.

One of the most serious cases was at Leeds Crown Court on February 22, which led Judge Robert Bartfield to say: "Apart from the waste of time for the jurors,

the distress caused to witnesses and the defendant himself, the cost of this now aborted trial is likely to run into thousands of pounds."

Geoffrey Buckingham, chairman of the [Association of Police and Court Interpreters](#) (APCI) told **Channel 4 News** that translation services are required at an average of two cases a day, at over 300 magistrates' courts.

Based on [Crown Prosecution figures in a 2006 report](#), each postponed hearing in a magistrates court costs the taxpayer £101, if adjusted for inflation. If a trial in the magistrates is postponed, the total cost is £816 at today's prices, while a trial which is abandoned completely on the day it was due to start costs the taxpayer £1,037, or about £1,231 at current rates.

When a defendant has to be remanded in custody because of an adjournment, each day in custody costs £94.35. The average adjournment between hearings is 23 days, making the total cost £2,170, or £2,662 at current prices.

"What they (the MoJ) have come up with is a ham fisted, poorly constructed, ill-thought-through and extremely costly concept, which when they've implemented it has proven to be as disastrous as we predicted last August and September," he told **Channel 4 News**.

In addition to the lack of translating staff, ALS has been accused of providing unqualified interpreters to court, because a lack of qualified interpreters who are willing to work for the company.

At Boston Magistrates court, on February 1, **Channel 4 News** was told that a Polish interpreter turned up to court wearing a hat and overalls and didn't understand the solicitor when he said they needed to go down to the cells.

The following day at Basildon Magistrates Court, the interpreter did not know what an oath was. It emerged that this was her first time in court, and she was not familiar with the legal language or protocol.

Syed Amjad Ali, 53, a public service interpreter and co-ordinator of the 200-strong group Justice for Interpreters, said concerns were first raised about ALC when the company took over interpretation services for five police services in the north.

Qualified interpreters were previously entitled to £30 an hour, with a minimum of three hours work, as well as travel time and mileage. "Since ALS has taken over, they put interpreters on a three tier system, and offered £16, £20 or £22 an hour. And they cut down to a minimum of one hour, rather than three," he told **Channel 4 News**.

"None of our members are working with them. They are refusing to work on reduced rates," he added. "All the court work that we normally would get directly from the court, we are not getting it any more. Until we sign with ALS, we won't get any work."

National register of interpreters

Before ALS took over the court translation services, interpreters were contacted directly through the [National Register of Public Service Interpreters](#) - a register which currently has around 2,300 people that according to Mr Buckingham, was the "envy" of other European countries.

To get on to the register, linguists were required to have a degree level qualification in their language, and if applicable, a diploma in public service interpreting. For full status, rather than interim, they also need 400 hours of experience. A CRB check is also required.

In a statement, ALS maintained that their interpreters undergo rigorous tests to make sure they are suitable, but added they are implementing "a number of significant improvements and increased our resources considerably".

"Assigning qualified and experienced linguists to assignments and insisting on continuous professional development, while reducing operational inefficiencies, remains the focus of our service."

Who is Applied Language Solutions?

The Oldham based firm was set up by the young entrepreneur Gavin Wheeldon in 2003, offering translation services to clients.

In August 2011 ALS succeeded against five other shortlisted bidders in winning a £60m five year contract from the Ministry of Justice to provide a 'one-stop shop' for interpreting services to the courts and tribunals in England and Wales. ALS has provided interpreting services for some police stations since 2009 and the company also won a contract with the London 2012 Olympics and with an NHS Trust.

Wheeldon, 35, appeared on Dragons' Den in 2007 pitching for investment in ALS but his valuation of the company was quickly judged to be wildly fanciful by one of the 'dragons' Theo Paphitis. (*see video below*)

Payment is 'woefully inaccurate'

[In a letter to the MoJ](#), the National Register of Public Service Interpreters said it had been informed that the new payment structure is "woefully inadequate".

"Our main concern as a regulatory body is for public safety," Sian Pritchard, NRPSI executive manager told **Channel 4 News**. "Obviously if there are cases where they can't get access to a qualified interpreter that raises concerns for us."

The reduced service and alleged drop in standards is a result of the government prioritising cost-cutting over quality of service, said Andy Slaughter, the shadow justice minister, who points out that ALS, worth £7m, was given a contract worth £300m over five years.

MoJ accused of 'sheer incompetence'

"It is sheer incompetence," he told **Channel 4 News**. "It [MoJ] signs up to a cut of 23 per cent of its budget, it has no idea how to do that."

"Some little company comes along and says 'we'll do it'. There's no basis for thinking that they can possibly do, and what happens next? The contract collapses within a few days and everything's in chaos."

The MoJ admitted to problems in the first few weeks of the contract, but said that ALS have put measures in place to solve the issues and that there has already been improvements. "We remain committed to ensuring the rights and needs of those who require interpreters are safeguarded as well as ensuring value for tax-payers across the justice system, and will continue to monitoring the system on a daily basis."

It said the reason for the contract was not just to save money, but to improve existing delays in court translation services.

Peter Beeke, chairman of Peterborough Magistrates Court, bemoaned what he described as a "crazy" system where growing number of cases were having to be adjourned because of problems with interpreters.

He told **Channel 4 News** that just last week, his court had three cases abandoned on the day and adjourned for a later time.

"Court time is precious and having to postpone court cases for two weeks when they could be dealt with is surely not going to be cheap," he said.

The system worked very successfully in Peterborough. Clearly, unless we sort this out the £18m will disappear very quickly.

"Today, four Polish defendants appeared, no interpreter, and had to be remanded in custody."

Mr Beeke described another recent case in which a defendant had six court appearances without an interpreter present.

"That's absolutely crazy," he said.

UK judiciary express concern about court interpreting

The Judiciary has begun to speak out against the private contract for court interpreting awarded by the Ministry of Justice to Applied Language Solutions, owned by Capita, which came into operation on 30th January 2012.

In the meantime the additional costs of trial adjournments due to shortages of interpreters in the first three months of the contract have prompted Margaret Hodge MP, Chair of the Public Accounts Committee, to forward her concerns to the National Audit Office, asking them to look into the Framework Agreement (FWA) from a value for money perspective. The Justice Select Committee has also stated it is likely to review the matter.

David Radford, Resident Judge at Snaresbrook Crown Court (writing in the May issue of the London Advocate) says: "We have been badly affected by the change to one contractor". He goes on to say of the contract: "It was introduced without the full board approval of Her Majesty's Courts and Tribunals service, including the judicial representatives. I believe the contract is now being monitored on a weekly basis."

Concerns from other judges have been published elsewhere, including Yorkshire Evening Post. Judge Christopher Batty at Leeds Crown Court on 4th May announced he would make a formal complaint when he had to dismiss a Slovak interpreter, booked by ALS, because she could not understand what was going on in the case of a sham marriage gang.

Barrister Tariq Rehman from Birmingham Chambers was acting for one of the five defendants and witnessed the proceedings, which were saved from being abandoned when a volunteer interpreter, who is boycotting the new system, stepped in from the public gallery to help. He says:

"The bottom line, as far as I am concerned as a barrister, is that this is typical of the Minister of Justice not interested at all in the slightest as to whether the change of course is going to compromise the service and quality as long as they are going to save money. This was not an isolated incident; I have seen it elsewhere as well."

A London Barrister, Kevin Metzger from Grays Inn Square, says: "It's all about fairness and the principles of Common Law and natural justice – if you don't understand what's being said about you or you can't explain yourself, the principal of fairness goes out the window. I really think that the authorities ought to look very carefully at the cost cutting because it will end up bringing our system of justice into disrepute."

He added: "What is sad is that we have prided ourselves on a system of justice that the whole world has looked up to and we have now got ourselves into a situation where we could be accused of merely paying lip service to it."

The Society for Public Service Interpreting (SPSI) and the Association of Police & Court Interpreters (APCI), which formed a campaign group Interpreters for Justice, to fight against the Ministry of Justice's outsourcing arrangement, have turned down the offer of talks with ALS/Capita after its chief executive Gavin Wheeldon requested they join a 'representative panel' but only on condition they 'call a halt to the boycotts'.

Guillermo Makin, Chairman of SPSI, says: "SPSI will not enter into any conversations with Capita or ALS. Our stance is motivated by concerns over the public interest and the best way to deliver justice. Such a proposal would provide succour and credibility to a form of outsourcing that SPSI was set up to combat."

The majority of APCI and SPSI members, who are professionally qualified interpreters who worked under the previous system, continue to refuse to sign up to the new arrangement because it has lowered standards and undermined justice.

Geoffrey Buckingham, Chairman, APCI, says: "We call on the Ministry of Justice to scrap the agreement for outsourcing interpreter work which is now being called into question by judges and the wider legal profession. No statistics about this contract with ALS/Capita have been collated from courts, and Ministers themselves admit that accountability as laid out in the Framework Agreement itself is routinely ignored. Public money is therefore being spent in a manner which is not just opaque but hidden. Further, we understand that complaints lodged by courts are ignored or lost in an incomprehensible procedure".

Interpreters for Justice (APCI and SPSI) have set out terms for talks with the Ministry of Justice as follows:

- The Framework Agreement must be scrapped and the contract with ALS must be stopped because the terms of the agreement have been breached.
- A timetable of 24 months is proposed in order to develop a lawful and more efficient system. This must be developed using open and transparent consultation with interpreters' organisations and other stakeholders.

- Use of the National Register of Public Service Interpreters (NRPSI), which was previously used and which comprises a list of professionally qualified interpreters, should be re-instated as an interim measure.

For further press information please contact:

Aisleen Marley: aisleen.marley@involvis.co.uk

Telephone: 07787 228999

Or

Penny Arbuthnot: penny.arbuthnot@involvis.co.uk

Telephone: 01473 320401

Notes to Editors

- Interpreters for Justice is united against the MoJ's new Framework Agreement for the provision of public service interpreting and was formed by the APCI and SPSI in order to represent the views of their members, all of whom are committed to upholding the quality and professionalism of public service interpreting in the UK.
- Results of a survey commissioned by campaign group Interpreters for Justice and carried out by consultancy Involvis, shows 90% of 1,206 interpreters who took part in the online survey have not and will not register for the new system administered by Applied Language Solutions (ALS).
- Just (6%) or 71 of the 1,206 interpreters who completed the survey said they had decided to undergo the assessment put in place by Applied Language Solutions (ALS). Of these, 93.5% said the assessment was 'flawed', 'unprofessional' and 'humiliating' and the majority will not continue with ALS.

Sources for items in the press release

1. The London Advocate is the newsletter of the London Criminal Courts Solicitors' Association and is available here <http://www.lccsa.org.uk/assets/documents/advocate/london%20advocate%20is...>
2. An editorial by Rebecca Niblock of solicitors Dalton Homes Gray, in the London Advocate (May issue) says: "The new scheme has created problems of two kinds. First, ALS cannot cope with the demand for interpreters ... ALS interpreters frequently attend court very late – if they show up at all. While this is frustrating for solicitors, the real impact is on defendants. For a client who has spent hours in a cell waiting to appear in court and who has no idea what is being said about them – let alone what their fate will be – the situation must be terrifying. Second, when ALS interpreters do attend court, they are often unable to do their jobs properly."
3. The Leeds Crown Court story is published here <http://www.yorkshireeveningpost.co.uk/news/latest-news/top-stories/priso...>
4. See an article in Law Society Gazette published 17 May: <http://www.lawgazette.co.uk/news/als-interpreters-contract-facing-renewe...>
5. **A dossier is attached with recent examples of court issues with ALS booked interpreters.**

Aisleen Marley

Involvis

aisleen.marley@involvis.co.uk

07787 228999

Independent survey commissioned by Interpreters for Justice as part of Professional Interpreters for Justice Campaign – Highlights of Survey Results

Executive Summary (Extract)

"The results of a UK-wide online survey commissioned by Interpreters for Justice and carried out independently by Involvis. The online survey was designed to elicit the opinions and experiences of both ALS and non-ALS registered public service interpreters and to provide insight into the way in which the Framework Agreement has impacted the Criminal Justice System.

965 interpreters responded to the survey; 84.9% (818) of whom are registered with the National Register of Public Service Interpreters (NRPSI) and 11% (106) who are registered with Applied Language Solutions (ALS).

Key findings:

- Just 11.1% (91) of professional interpreters, registered with the National Register of Public Service Interpreters, are currently registered with Applied Language Solutions (ALS)
- 95.7% of NRPSI interpreters refuse to register with Applied Language Solutions, representing a significant loss of highly qualified, experienced interpreters from the sector
- The most common reason for refusing to register with ALS was due to the agency lowering the standards of professional interpreting (95.1%), closely followed by the low hourly attendance rate (90.9%) and the lack of quality assurance/poor assessment process (85.1%)
- 79.8% of NRPSI's continue to receive direct calls from courts wishing to book an interpreter, highlighting the inability of ALS to supply
- Despite the persistent direct calls from courts, 61.4% (462) of all respondents continue to turn down these requests with just 18.1% of interpreters accepting bookings outside of the Framework Agreement
- 32.1% (222) of NRPSIs are planning to supplement their income through other related work whilst 16.8% (116) of NRPSIs have either changed careers or are planning on changing careers altogether and working in a different field of work
- Of those respondents who are currently registered with Applied Language Solutions (ALS), almost a third of them (30.3%) are not currently accepting jobs
- 27.5% of those currently registered with ALS stated that whilst they did some work for the company, they have now ceased accepting jobs. The main reasons for ceasing to work for ALS include the low hourly attendance rate (87.0%) and partial travel time payment (87.0%); closely followed by the unethical practices of the agency (73.9%) and partial reimbursement of travel costs (78.3%)
- 42.1% (32) of ALS interpreters were not required to undergo the mandatory assessment
- Furthermore, 86.8% (33) of ALS interpreters stated that they had been offered work despite not having undertaken the required assessment
- Just over a quarter of respondents (25.3%) stated that while they were registered with ALS, they had not been asked to undergo vetting / CRB checks
- 90.3% (28) of ALS interpreters stated that they were still offered bookings for legal interpreting despite not having been vetted / CRB checked"

Last updated: 15 October 2012

http://www.nrpsi.co.uk/news_display_item.php?news_id=379&range=current

La falta de intérpretes obliga a liberar a varios detenidos y a suspender pruebas

La DGA ha abierto un expediente para aclarar las incidencias y prepara un concurso para volver a licitar en junio el servicio de traductores

ZARAGOZA. El Gobierno aragonés ha abierto un expediente para aclarar los problemas detectados durante las últimas semanas en el servicio de traducción de los juzgados de la plaza del Pilar, donde la imposibilidad de localizar a intérpretes ha obligado a poner en libertad a algún detenido y a aplazar pruebas testificales. La Dirección General de Justicia asegura que se trata solo de «problemas puntuales», pero no oculta su preocupación por estas anomalías y reconoce que «se está trabajando para solucionarlas».

La consejería que dirige Roberto Bermúdez abrió una investigación en cuanto supo de lo ocurrido el pasado 5 de marzo en el juzgado de guardia de Zaragoza. Los funcionarios solicitaron por la mañana un traductor de coreano a Seoprotec, empresa a la que se adjudicó el servicio de interpretación para las sedes judiciales aragonesas en junio de 2010. Pero a las cinco de la tarde, la coordinadora de la compañía no había podido localizar todavía a un profesional que se encargara de este servicio.

Ante la imposibilidad de tomar declaración al detenido y dado que se estaba prolongando injustificadamente su estancia en el calabozo, el juez se vio obligado a ponerlo en libertad y a citarle para finales de mes. Los problemas se repitieron de nuevo en esa comparecencia. Y no porque no acudiera una traductora, que vino desde Madrid, sino porque esta exigió cobrar por adelantado, amenazando con marcharse si la DGA no le abonaba la factura.

Informada de lo que estaba ocurriendo, la Dirección General de



Un traductor de urdu, sentado, durante un juicio celebrado en la Audiencia Provincial de Zaragoza. A. NAVARRO

LOS TRADUCTORES

«LA DGA PAGA 35 € POR HORA Y A NOSOTROS NOS DAN 16»

Los traductores más veteranos llevan 14 años trabajando en los juzgados de la plaza del Pilar de Zaragoza, y coinciden en que ahora están «bastante peor que antes». «Desde que se adjudicó el servicio a esta empresa, las condiciones han empeorado mucho. Han disminuido los servicios, cobramos menos y nos pagan más tarde», señala uno de los in-

térpretes con más experiencia. De hecho, la DGA les pagaba antes la hora a 25 euros, y Seoprotec se la abona ahora a 16. «Eso sí, ellos la facturan a unos 35 euros al Gobierno aragonés», aseguran, criticando el «excesivo» margen de intermediación.

Los traductores aseguran que antes eran requeridos a diario, y dicen que ahora hay

veces que no hacen más que «tres o cuatro» servicios al mes. Además, cobran cada trimestre, cuando la DGA les abonaba las facturas cada 21 días. «Y si te quejas, te encargan todavía menos trabajos», explican.

Los afectados esperan que el nuevo pliego de adjudicación les permita volver a «digitalizar» su trabajo. **M. A. C.**

Justicia pagó los honorarios de la intérprete y esta hizo su trabajo. Sin embargo, el incidente provocó cierto malestar en la administración, que pidió incluso un informe a la empresa adjudicataria del servicio.

Según ha podido saber este periódico, la contestación de Seoprotec llegó de forma inmediata. En el escrito, una responsable de la compañía detallaba las dificultades que habían tenido para localizar al traductor de coreano. «Se trata de una lengua minoritaria y por tanto con una disponibilidad de intérprete limitada», decía la empresa. Además, parece que su

traductor habitual para Zaragoza tenía ese día el móvil desconectado y ninguno de los otros nueve intérpretes de coreano que hay en España —según Seoprotec— podía desplazarse esa tarde a la capital aragonesa. En cualquier caso, la empresa reconocía «la gravedad del hecho de prolongar la priva-

ción de libertad de un detenido» y prometía tratar de evitar futuras incidencias. Pero ha habido más problemas con el servicio de interpretación. De hecho, hace unos días, un juzgado zaragozano tuvo que aplazar una videoconferencia con dos cárceles de Barcelona porque el traductor de serbio tampoco acudió. La prueba era importante, puesto que se resolvía la prisión provisional para varios extranjeros detenidos en la capital aragonesa por un robo con violencia.

ción de libertad de un detenido» y prometía tratar de evitar futuras incidencias.

Pero ha habido más problemas con el servicio de interpretación. De hecho, hace unos días, un juzgado zaragozano tuvo que aplazar una videoconferencia con dos cárceles de Barcelona porque el traductor de serbio tampoco acudió. La prueba era importante, puesto que se resolvía la prisión provisional para varios extranjeros detenidos en la capital aragonesa por un robo con violencia.

Habrán multas cuando incumplan
Hasta el año 2010, los juzgados aragoneses trabajaban con listas. Es decir, cada vez que necesitaban un traductor tiraban de teléfono. Sin embargo, el anterior Ejecutivo pensó que el sistema era «inseguro y muy caro» —230.000 € en 2008—, por lo que decidió externalizarlo. El contrato firmado con Seoprotec —que trabaja con importantes organismos a nivel nacional— expira en junio, y la DGA está preparando el pliego que servirá para volver a adjudicar el servicio. Se baraja incluir penalizaciones económicas para aquellos casos en los que la empresa incumpla sus compromisos.

M. A. COLOMA

SERVICIOS EN 2011

2.500

Según fuentes de la Dirección General de Justicia, el año pasado se hicieron 2.500 servicios de interpretación en los juzgados aragoneses

25 LENGUAS DIFERENTES

Más de la mitad, en rumano. Después del español, el rumano es el idioma que más se habla en los juzgados. El año pasado se hicieron más de mil servicios de interpretación.

Dialectos africanos. Se traduce en 25 lenguas, incluidos dialectos como el wolof (73 servicios durante el año 2011).